
O PAPEL DA IMIGRAÇÃO NA DINÂMICA POPULACIONAL: UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS¹

Maria de Nazaré Oliveira Roca -e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional,
Universidade Nova de Lisboa - E-mail: mn.roca@fcsh.unl.pt

RESUMO:

Nos anos noventa, na maior parte das regiões portuguesas, a imigração teve um importante impacto na dinâmica populacional. Análises de correlação e de *clusters* demonstraram que no interior Norte e Centro, no Baixo e Alto Alentejo, o papel positivo da imigração no crescimento populacional foi ofuscado pela sua contribuição para o envelhecimento da população. No litoral Norte e Centro e na Península de Setúbal, a imigração e o crescimento natural e/ou as migrações internas partilharam a influência positiva na dinâmica demográfica. Na Grande Lisboa, no Algarve, Alentejo Central e Litoral a imigração suplantou os outros componentes do crescimento demográfico. Os emigrantes regressados seguidos, dos naturais da Europa Ocidental, predominaram na maior parte do Norte e Centro enquanto que os nascidos nos PALOPs e no Brasil concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa. No Alentejo e Algarve, os naturais do Leste europeu eram os mais numerosos.

Palavras-chave: emigrantes regressados, imigração de estrangeiros, dinâmica populacional, sustentabilidade demográfica, desenvolvimento regional.

ABSTRACT:

Immigration had an important impact on the population dynamics in most of the Portuguese regions in the nineties. Correlation and clusters analyses showed that in inner regions of the North and Centre and in *Baixo* and *Alto Alentejo*, the positive role of immigration in population growth was overshadowed by its role in aggravating ageing. In the coastal regions of the North and Centre and in the *Península de Setúbal*, the influence of immigration on population dynamics was as important as of natural growth and/or internal migration, while in *Grande Lisboa*, *Algarve*, *Alentejo Central* and *Alentejo Litoral* immigration was by far the most important factor. Immigrants born in Portugal and Western Europe predominated in the North and Centre while those born in former African Portuguese colonies and in Brazil were concentrated in the Lisbon Metropolitan Area. Immigrants born in Eastern Europe were the most numerous in *Alentejo* and *Algarve*.

Keywords: return migrants, foreign-born immigrants, population dynamics, demographic sustainability, regional development.

¹ Este trabalho contém resultados preliminares do projecto “Sustentabilidade do Desenvolvimento das Regiões Portuguesas”, no âmbito do Programa Plurianual de Financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, co-financiado pelo POCTI (vertente FEDER) do III QCA da União Europeia. A autora agradece a colaboração de Rossana Estanqueiro (elaboração de quadros e figuras) e Rui Brites (consulta sobre métodos quantitativos).

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de noventa, o debate sobre o papel dos imigrantes na sociedade e economia dos países da União Europeia intensificou-se devido ao aumento da pressão migratória. Aos fluxos que antes se originavam no Sul e que na sua maior parte provinham de antigas colónias europeias, juntam-se fluxos vindos do Leste e Sudeste Europeu, sendo a grande maioria desses imigrantes clandestinos. Muitos não chegam sequer a atingir o continente, travados pelas guardas fronteiriças, ou pior, tragados pelo Mar Mediterrâneo.

Nessa mesma década, em todos os países da União Europeia o índice sintético de fecundidade desceu para 1,47² ou seja, muito abaixo do limite que garante a reprodução simples da população (2,1). A diminuição da fecundidade acompanhada do envelhecimento da população³ teve como consequência o agravamento da relação entre pessoas em idade pós-activa e pessoas em idade activa. Por outro lado, uma das poucas generalizações aceites na área do estudo das migrações de trabalho é o seu papel selectivo quanto à idade, sendo a maioria dos imigrantes jovens ou jovens adultos.

Um documento crucial sobre a situação demográfica nos países desenvolvidos é o estudo da Population Division das Nações Unidas, publicado em 2000 sobre “*replacement migration*” ou seja migrações de substituição.⁴ Este estudo e outros publicados

pela mesma altura (“Orzechowska, 2001”; “Wanner, 2000”; “Lutz e”Scherbov, 2002”), apresentam como conclusão comum que seria necessário um fluxo muito mais intenso de imigrantes para a União Europeia do que o actual para que os efeitos positivos nas tendências negativas do envelhecimento se fizessem sentir, o que por razões políticas mais do que económicas seria muito difícil de concretizar.⁵ No entanto, os autores são consensuais em afirmar que, sem a imigração, a situação demográfica tenderá a agravar-se ainda mais até meados do século XXI.

De facto, o estudo da Population Division (2000: 86) aponta para uma diminuição da população da União Europeia em 2050 de 30%, relativo a 1995,⁶ se o saldo migratório for zero.

Raros foram os estudos nos anos noventa que abordaram a imigração de substituição a um nível abaixo do nacional, apesar de serem notórios os desequilíbrios regionais quanto à dinâmica populacional.⁷ Ao lado de espaços de expansão demográfica que correspondem maioritariamente a zonas peri-urbanas das áreas metropolitanas ou a cidades médias maioritariamente no litoral, encontram-se espaços de despovoamento e envelhecimento demográfico que cobrem vastas zonas rurais bem como zonas centrais dos grandes aglomerados urbanos (“Comissão Europeia, 1995”; “Rees e Kupiszewski, 2001”). Quase todos os estudos existentes analisam o saldo migratório geral⁸ não separando as partes do saldo devidas às migrações externas e às internas, ou levando

² Número médio de filhos que uma mulher pode conceber em sua idade fértil – 15 a 49 anos. Fonte: EUROSTAT Statistical Yearbook (<http://europa.eu.int/comm/eurostat>).

³ Em 2000, a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos atingiu 16% na União Europeia (EUROSTAT, 2003).

⁴ Este termo pode ser usado e definido como sendo “*the international migration to be needed to offset the overall ageing of population, decline in the population working ages as well as to offset the overall ageing of the population*” (VVAA, 2003).

⁵ No estudo da Population Division (2000, 86), calculou-se que para manter os 370 milhões de habitantes da EU, registados em 2000, seria necessária a entrada de 47,4 milhões de imigrantes entre 2000 e 2050. No final do período os imigrantes corresponderiam a 16,5% da população da EU.

⁶ Ano de referência escolhido para a elaboração das projecções demográficas.

⁷ A dinâmica populacional abrange o crescimento efectivo, natural e migratório bem como os processos ligados a mudanças na relação entre os grandes grupos etários funcionais, ou seja, população em idade pré-activa, activa e pós-activa.

⁸ O conceito de saldo migratório geral de uma unidade territorial é aqui definido como o resultado da diferença entre o número de pessoas que migraram para uma unidade territorial, de outra unidade territorial do país ou do estrangeiro e o número de pessoas que emigraram para uma unidade territorial do país ou para o estrangeiro. Assim, o saldo migratório geral é composto do saldo migratório interno e do saldo migratório externo.

em consideração apenas esta última. Entretanto, recentemente apareceram dois estudos que tratam a imigração em particular. No trabalho de “Gaag et al” (2001: 21) sobre as migrações internacionais e a população estrangeira na União Europeia ao nível regional uma das mais importantes conclusões, por exemplo, é que *“different immigrant populations, defined by for instance citizenship or country of birth, show different settlement patterns”*. Num recente relatório de progresso do Projecto internacional ESPON *“The spatial effects of demographic trends and migration”* na União Europeia os seus autores chegam à conclusão que *“the local and regional impact of an immigration responding to declines in the population in working ages can differ from the impact on aggregate level”* (VVAA, 2003:120).

Todos os estudos acima referidos tratam das denominadas migrações de trabalho oriundas de países fora da União Europeia. Porém, investigações de campo na Europa Meridional, demonstraram que as migrações pós-idade laboral tornaram-se um factor importante no equilíbrio demográfico de regiões problemáticas, como são as regiões despovoadas interiores ou contribuíram para a estabilização económica de áreas até então dependentes do turismo sazonal (“King, Warnes e Williams, 1998”; “Rodríguez et al, 1998”).

Em Portugal, nos últimos anos, com a intensificação dos fluxos imigratórios e seu peso cada vez maior no crescimento da população, estão a começar a surgir publicações com resultados dos primeiros projectos de investigação sobre esse tema. Um dos estudos mais relevantes é intitulado “Contributo dos «imigrantes» na demografia portuguesa” cujos autores são Maria João Rosa, Hugo Seabra e Tiago Santos, publicado em 2004. Uma das suas

conclusões mais importantes é que a *“manutenção de um saldo migratório positivo durante o período prospectivo [2001-2021] revela que a componente migratória pode contribuir para atenuar os sintomas do processo de envelhecimento em curso, para inverter a tendência de diminuição de efectivos nas idades jovens e para «segurar» o decréscimo de efectivos em idades activas. Porém, apesar destes efeitos, não é verosímil supor-se que uma qualquer dinâmica migratória positiva seja suficiente para travar ou contrariar o curso do envelhecimento da estrutura etária. Aliás, para que tal acontecesse as ordens de grandeza dos saldos migratórios (positivos) a observar durante todo o período prospectivo teriam que ser demasiadamente altas.”* (“Rosa, Seabra e Santos, 2003: 90”).

Os autores alertam, também para a acção diversa dos grupos imigrantes predominantes em Portugal na dinâmica demográfica, visto que os seus níveis de fecundidade e a composição etária bem como a sua distribuição geográfica diferem consideravelmente.⁹ Porém, os cenários tendo como horizonte temporal o ano de 2011, são apresentados a nível nacional e apenas para as regiões do Grande Porto, Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve, que concentram a grande maioria dos imigrantes de nacionalidade estrangeira.

Não foram levados em conta nesse estudo, como não foram naqueles a nível europeu, os fluxos de entrada de emigrantes regressados nem os imigrantes de naturalidade portuguesa nascidos no estrangeiro. No entanto, resenhas de literatura (“Rato, 2000”) e investigações de campo de carácter local (“Cepeda,

⁹ No seu estudo, Rosa, Seabra e Santos (2002: 44, 58) apresentam os seguintes dados sobre a população residente em Portugal: índice de envelhecimento [(65 e mais anos/0-14 anos) * 100]: portugueses – 103,6; caboverdianos – 36,9; ucranianos – 26,9; britânicos – 147,3. Índice sintético de fecundidade: portuguesas – 1,42; caboverdianas – 3,34; ucranianas – 2,30; britânicas – 1,95.

1991”; “Roca, 2000”; “Portela e Nobre, 2002”) apontaram para a presença, cada vez mais visível, de emigrantes regressados em idade de pré-reforma ou reformados que optaram por viver maioritariamente em suas regiões de origem.

Foi, também, registada a importância crescente que a imigração de estrangeiros em idade de pré-reforma ou já reformados tem em algumas regiões, como é o caso do Algarve e, em menor medida do Alentejo, escolhidas pelas boas condições climáticas e/ou modos alternativos de vida (“Williams e Patterson, 1998”; “Rosa, Seabra e Santos, 2003”).

2. IMPORTÂNCIA DO TEMA

Em Portugal, a análise dos primeiros resultados do Censo da População de 2001 mostrou que os anos noventa se caracterizaram por um aumento no ritmo de crescimento demográfico. Enquanto que nos anos oitenta a população portuguesa estagnou com uma taxa de crescimento de apenas 0,4%, nos anos noventa, registou-se um crescimento de 4,6%.¹⁰

No entanto, os ganhos populacionais não se distribuíram equitativamente pelas regiões. De facto, de entre as trinta NUTS III em que está dividido o território nacional, as dezanove que registaram aumento populacional localizam-se no litoral, com excepção da Cova da Beira e Dão-Lafões, no Centro Interior, do Alentejo Central e da Região Autónoma dos Açores, cuja população estagnou ou cresceu ligeiramente. Por outro lado, as onze NUTS III com declínio populacional correspondem à Região Autónoma da Madeira e a dez regiões do interior de Portugal Continental (quadro 1)¹¹

A retoma do crescimento populacional deveu-se quase que exclusivamente ao saldo migratório geral positivo registado para todo o país (3,7%) uma vez que o crescimento natural nessa década foi de apenas 0,9%.¹² Também, no Continente, a nível regional, as migrações demonstraram ser o componente mais importante da dinâmica populacional.¹³ De facto, se em dezanove NUTS III houve saldos naturais negativos, em contrapartida, apenas quatro apresentaram saldos migratórios gerais, também negativos. Esta tendência das migrações contribuiu para que um número considerável de regiões, principalmente no interior do Centro e Sul, passasse de áreas de declínio para áreas de crescimento populacional, embora fraco, ou visse atenuado o ritmo de declínio demográfico. No entanto, nessas mesmas regiões nos anos noventa, o processo de envelhecimento da população agravou-se e diminuiu a densidade populacional. Por outro lado, os movimentos migratórios foram o principal factor de expansão demográfica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AML e AMP), do Algarve, bem como de outras regiões litorais como o Cávado, Ave, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste, as quais se caracterizaram por uma população menos envelhecida e por densidades populacionais mais elevadas.

Contudo, há indícios que as migrações externas tiveram um peso maior nos saldos migratórios gerais positivos da grande maioria das NUTS III do que as migrações internas. Um deles é que, na segunda metade dos anos noventa,¹⁴ em treze NUTS III do Continente, situadas maioritariamente no interior, registaram-se saldos migratórios internos negativos, enquanto que apenas quatro delas apresentaram saldos migratórios gerais também negativos.

¹⁰ Fonte: Censo 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques). (<http://www.ine.pt>).

¹¹ O quadro 1 contendo dados sobre a dinâmica demográfica das regiões portuguesas encontra-se, no final do texto.

¹² Fonte: Censo 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques). (<http://www.ine.pt>).

¹³ Não há dados sobre o saldo migratório geral das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Assim, não são tratadas nesta parte do artigo. Porém, são incluídas quando da análise da imigração.

¹⁴ Não há dados disponíveis para o cálculo dos saldos das migrações internas para todo o período intercensitário 1991-2001, mas apenas para o período entre 1996 e 12 de Março de 2001, ou seja, no momento censitário.

Assim, vale a pena analisar em maior detalhe os fluxos migratórios provenientes do estrangeiro nos anos noventa pois o que foi acima exposto parece indicar que tiveram um papel de relativa importância na dinâmica populacional das regiões e, por conseguinte, na sustentabilidade demográfica¹⁵ do desenvolvimento.

3. OBJECTIVOS E OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS

Este artigo que visa contribuir para o estudo da sustentabilidade demográfica do desenvolvimento a nível regional tem como objectivos: (i) apontar para a importância que os imigrantes de nacionalidade portuguesa e os imigrantes nascidos no estrangeiro tiveram na dinâmica demográfica das regiões e (ii) identificar grupos de regiões com características semelhantes quanto à imigração e à dinâmica populacional na década de noventa.

Antes de se passar à análise da informação relacionada com os objectivos acima, são apresentadas algumas observações relacionadas com os dados e conceitos contidos no Censo da População de 2001, bem como com os métodos estatísticos escolhidos para a análise.

Nos anos noventa, houve um acréscimo de 361.103 pessoas na população residente em Portugal, resultante do saldo migratório geral positivo.¹⁶ Parte desse saldo deve-se aos 112.737 estrangeiros a mais registados no Censo da População de 2001, em relação ao censo de 1991.

A diferença de 203.366 entre esses dois valores corresponde ao saldo entre a imigração e a emigração de nacionais: (a) que regressaram ao país ou (b) naturais do estrangeiro, que adquiriram a nacionalidade portuguesa, o mais provavelmente, por serem, quase todos, cônjuges e/ou descendentes de portugueses. Infelizmente, porém, não há dados cruzados sobre a nacionalidade e naturalidade da população proveniente do estrangeiro durante a década de noventa. No entanto, se os dados disponíveis forem tratados e analisados por país de naturalidade dos imigrantes, discriminando os países de emigração tradicional de Portugal, pode ter-se uma ideia do peso dos imigrantes de nacionalidade portuguesa e estrangeira.

Outra limitação relacionada com a informação disponível no Censo de 2001 é que não há dados sobre a imigração para todo o último período intercensitário. Apenas podem ser estudados os fluxos migratórios posteriores a 31 de Dezembro de 1995. Nesse período, entraram no país 245055 pessoas, o que corresponderia a 67,84% do saldo migratório geral mencionado acima. Porém, deve-se levar em linha de conta que, segundo o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída do INE,¹⁷ 69256 emigrantes temporários¹⁸ deixaram o país entre 1992¹⁹ e 1995. Assim, se todos esses emigrantes regressaram após 1995, representariam 28,26% de todas as entradas no país nesse período. Não há, porém, dados sobre o regresso nem a duração da estadia dos emigrantes no estrangeiro. Mesmo assim, os restantes imigrantes, quase três quartos, seriam estrangeiros ou emigrantes permanentes que regressaram a Portugal.

¹⁵ Sustentabilidade demográfica é aqui entendida como a capacidade da população de um território (a qualquer escala) de manter a longo prazo (i) a fecundidade a um nível que garanta a reprodução simples de gerações e (ii) o equilíbrio entre os grandes grupos etários funcionais, ou seja, a população em idade pré-activa, activa e pós-activa. Além do crescimento natural, as migrações influenciam esse equilíbrio.

¹⁶ Fonte: Censo 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques). (<http://www.ine.pt>).

¹⁷ Fonte: <http://www.ine.pt/pordserv/series/series.asp>.

¹⁸ Ou seja, que saíram do país com a intenção de permanecer por um período igual ou inferior a um ano.

(Fonte: <http://www.ine.pt/meta/metainf.html>).

¹⁹ Não há resultados divulgados desse Inquérito entre 1989 e 1991.

De acordo com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a nacionalidade dos imigrantes mudou drasticamente a partir de 2000 e, principalmente, de 2001, quando decorreu o processo extraordinário de legalização dos imigrantes. Durante esse período, 126.901 pessoas obtiveram autorização de permanência em Portugal,²⁰ sendo a maioria proveniente de países da Europa de Leste (70.562 ou 55,60%).²¹ Assim, era de esperar que, pelo menos, uma parte desses imigrantes fosse abrangida pelo Recenseamento de 12 de Março de 2001.²² Por isso, também torna-se necessário analisar, em particular, os fluxos imigratórios ocorridos entre 1 de Janeiro de 2000 e o momento censitário quando 14.259 imigrantes naturais da Europa de Leste foram registados como tendo entrado no país durante esse período. Este número relativamente pequeno em comparação com os dados do SEF, pode dever-se ao facto de que, na altura do Recenseamento, a maioria desses imigrantes estava em situação irregular em Portugal e falava mal o português, o que deve ter dificultado a aplicação do questionário.

Nos quadros do Censo da População acima referidos, os únicos dados disponíveis sobre as características da população total proveniente do estrangeiro após 1995, referem-se à variável sexo. Há, ainda, dados sobre a idade e situação na profissão da população empregada que entrou no país após 1999. Pode-se, também, obter o número de imigrantes inactivos e/ou desempregados subtraindo o número total dos imigrantes do número de imigrantes empregados que chegaram após 1999. Como a taxa de desemprego

em Portugal era relativamente baixa (6,8%) por altura do Recenseamento, assumiu-se que a maioria das pessoas desse grupo era inactiva²³ e não, desempregada.

Já foi mencionado na introdução, que quando se trata de imigração por razões económicas, a maioria dos imigrantes são jovens ou jovens adultos. No entanto, a composição etária dos emigrantes regressados é mais difícil de determinar já que se pode tratar (a) de pessoas ainda em idade activa, principalmente se a ausência do país de naturalidade foi de carácter temporário ou (b) de pessoas que decidiram regressar após estadia prolongada no estrangeiro e que pode ter durado toda ou grande parte da sua idade activa. No caso das regiões portuguesas com maior incidência de emigrantes regressados, levando em linha de conta as fontes bibliográficas citadas, é de supor que a maioria estivesse já reformada ou em situação de pré-reforma. Uma vez que ao retornarem em idade já avançada às suas regiões de origem, as quais se caracterizam pela população envelhecida devido à acção conjunta da baixa fecundidade e do êxodo de jovens e adultos jovens para o estrangeiro e outras regiões do país, esses emigrantes podem ter contribuído para os valores relativamente elevados dos índices de envelhecimento e de dependência dos idosos²⁴ e do crescimento natural negativo registados no Censo de 2001 e que aumentaram significativamente no último período intercensitário (quadro 1). Para testar essa hipótese tentou-se determinar, calculando o coeficiente de Pearson, se havia correlação entre

²⁰ Fonte: <http://sef.pt/estatisticas>.

²¹ Em comparação, os nacionais de outros países europeus (incluindo a Europa de Leste) representavam apenas 3,56% dos estrangeiros a residir em Portugal em 2001, independentemente do ano de entrada no país. Fonte: Censos 2001. Quadros 6.06.1, Resultados Definitivos (<http://www.ine.pt/censos2001>).

²² O INE considera um indivíduo de nacionalidade estrangeira como residente se, independentemente de estar ou não em situação regular em Portugal, habitar um alojamento a maior parte do ano, só ou com a família, ou aí deter a totalidade ou a maior parte dos seus haveres (Fonte: <http://www.ine.pt/meta/metainf.html>).

²³ Segundo o INE, a população inactiva é o "conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, na semana de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados (Fonte: <http://www.ine.pt/meta/metainf.html>).

²⁴ Relação entre a população de 65 e mais anos e a população de 15 a 64 anos, ou seja $(65 \text{ e mais} / 15-64) * 100$. Esse indicador tem vindo a ser substituído pelo índice de sustentabilidade potencial, que vem a ser o quociente entre a população em idade activa e a população com 65 e mais anos.

a variável “percentagem de naturais de Portugal no total de imigrantes “ e esses indicadores.

Para a prossecução dos objectivos acima definidos tentou-se determinar: (i) o peso dos imigrantes provenientes do estrangeiro na população imigrante²⁵; bem como o peso dos imigrantes de naturalidade portuguesa e estrangeira na população proveniente do estrangeiro (ii) o peso de cada grupo de imigrantes por países de naturalidade no total dos imigrantes de naturalidade estrangeira, tendo sido escolhidos os seguintes grupos, os mais importantes em Portugal segundo dados do INE e SEF: naturais de países da Europa Ocidental,²⁶ naturais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), naturais do Brasil, naturais de países da Europa Oriental²⁷ e naturais de outros países não europeus²⁸; (iii) a distribuição geográfica desses grupos; (iv) a composição por sexo da população imigrante após 1995; (v) o peso dos imigrantes empregados no total da população proveniente do estrangeiro após 1999; (vi) a composição etária dos imigrantes empregados provenientes do estrangeiro após 1999; (vii) a correlação entre o peso dos emigrantes regressados na população residente e os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos bem como do crescimento natural; (viii) Clusters de regiões, utilizando-se o método de Ward;²⁹ (ix) a relação entre a imigração e a dinâmica populacional, representada pelo crescimento efectivo, saldo natural,

saldo migratório geral, saldo das migrações internas, índice de envelhecimento e relação de dependência dos idosos.

Foram tratados e analisados dados de quadros do Censo da População de 2001, disponíveis na página do INE na Internet.³⁰ A unidade territorial de análise foi a NUTS III, que no texto a seguir será denominada de região.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE

4.1 IMIGRANTES DE OUTROS CONCELHOS VERSUS IMIGRANTES DO ESTRANGEIRO

Na segunda metade dos anos noventa, 679.894 ou 73,51% dos 924.949 imigrantes em Portugal mudaram-se de outros concelhos enquanto que 245 055 ou 26,49% provieram do estrangeiro. Não obstante, houve regiões onde foram registadas percentagens consideráveis (mais de um terço) deste último grupo no total dos imigrantes, nomeadamente Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Serra da Estrela, Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Douro, Madeira, Cova da Beira, o Algarve, a Beira Interior Norte e Cávado.

²⁵ É importante mencionar que o o número total de imigrantes numa região é o total de imigrantes para os concelhos dessa região, ou seja, inclui, também migrações entre concelhos da região.

²⁶ Ou seja, os países da União Europeia(UE), a Noruega e a Suíça.

²⁷ Este grupo foi assim denominado apesar de haver valores residuais relacionados com imigrantes da Islândia, Malta, Turquia e Chipre.

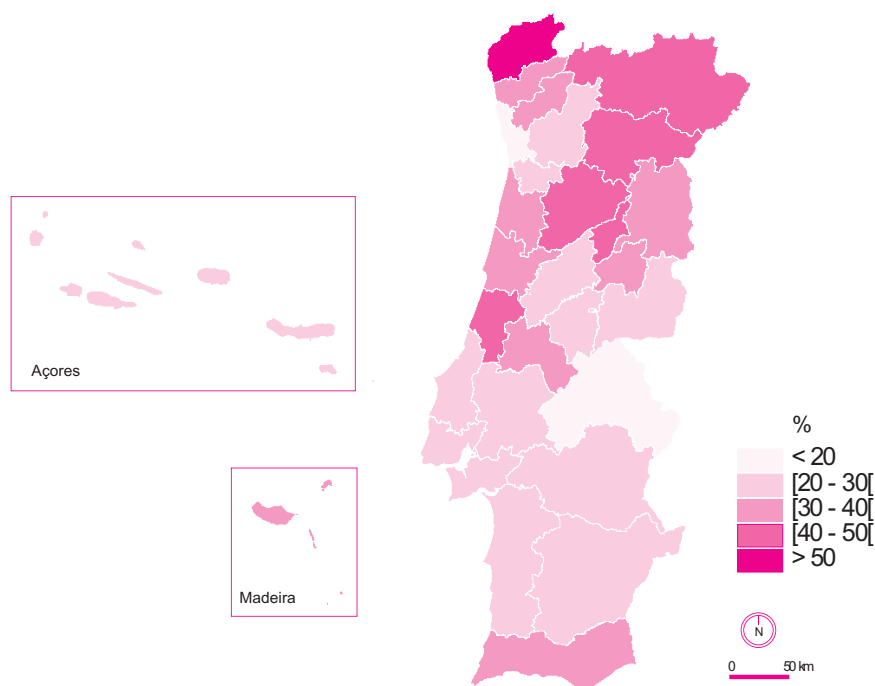
²⁸ Todos os outros países fora da Europa, com excepção dos PALOPs e Brasil. Inclui imigrantes de Timor e Macau.

²⁹ Com esse método minimiza-se a variância intra-grupos e maximiza-se a variância inter-grupos dos indicadores seleccionados.

³⁰ 1.02. População residente em 1991 e 2001, segundo os grupos etários e sua evolução entre 1991 e 2001; 6.09. População residente segundo as migrações (relativamente a 1999/12/31), por concelho de residência habitual em 2001/03/12; 6.10. População residente segundo as migrações (relativamente a 1995/12/31), por concelho de residência habitual em 2001/03/12; 6.13. População residente segundo os países de proveniência (relativamente a 1999/12/31), por países de naturalidade; 6.14. População residente segundo os países de proveniência (relativamente a 1995/12/31), por países de naturalidade; 6.42. População residente, empregada, e que em 31 de Dezembro de 1999 residia no estrangeiro, segundo a situação na profissão e sexo, por grupo etário. Os dados sobre densidade populacional foram obtidos nos Retratos Territoriais do INE (<http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp>). Os dados sobre crescimento efectivo, saldo migratório geral e saldo natural para 1991-2001 estão disponíveis na Série Destaques do INE (resultados preliminares do Censo de 2001). Esses mesmos dados para 1981-1991 foram extraídos de Lemos e Maia (1995).

FIGURA 1

Imigrantes provenientes do estrangeiro no total da imigração após 31.12.1995



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001. Resultados Definitivos (Quadros 6.09 e 6.10), <http://www.ine.pt/censos2001>.

Estas regiões estão, na sua maioria localizadas no interior Norte e Centro (figura 1) (quadro 2).³¹

Vale, também, mencionar que o peso relativo da população imigrante proveniente do estrangeiro após 1995 no total da população residente estava acima da média para Portugal (2,37%)³² em metade das 20 regiões do Norte e Centro, com destaque para o Pinhal Litoral (3,58%), Alto Trás-os-Montes (3,28%), Minho-Lima (3,24%) e Dão-Lafões (3,21%). O Algarve destacou-se com o maior valor registado (4,45%) (quadro 2).

Nas regiões de Lisboa e do Alentejo os imigrantes provenientes do estrangeiro não ultrapassavam mais de um quarto do total de imigrantes, incluindo os que imigraram de outros concelhos dessas regiões. Porém, o peso relativo desse grupo na população residente estava consideravelmente acima da média do país na primeira região, principalmente na Grande Lisboa (3,19%) enquanto que na segunda os valores eram significativamente abaixo da média nacional (quadro 2).

³¹ O quadro 2, contendo dados sobre os imigrantes de nacionalidade portuguesa e estrangeira, por sexo, actividade e idade dos empregados encontra-se no fim do texto.

³² Não se deve esquecer que, no fim de 2000, os estrangeiros representavam 2% da população residente em Portugal, enquanto que no fim de 2001, já correspondia a 3,4%. Prevê-se que até o final de 2003 correspondam a 5% (Fonte: <http://sef.pt/estatisticas>).

Após 1999, o número de imigrantes provenientes do estrangeiro estagnou ou diminuiu nas regiões onde representavam mais de um terço do total de imigrantes, com excepção do Algarve onde aumentou. Por outro lado, na Grande Lisboa, Península de Setúbal e nas regiões do Alentejo, com excepção do Baixo Alentejo, aumentou a participação desse grupo de imigrantes no total da imigração (quadro 2).

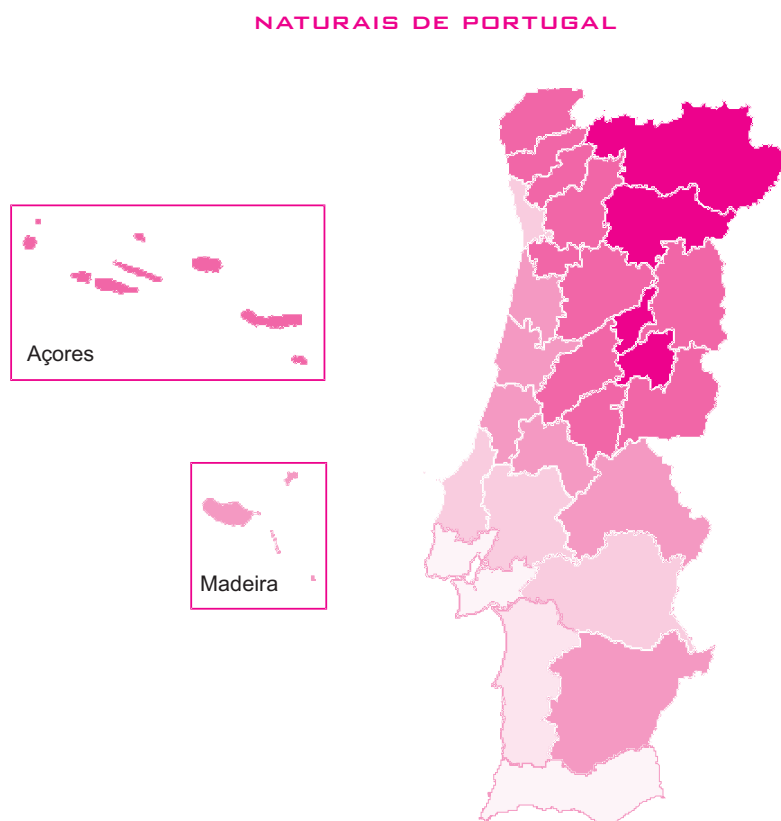
4.2 IMIGRANTES DO ESTRANGEIRO: NATURALIDADE PORTUGUESA E NATURALIDADE ESTRANGEIRA

Na segunda metade da década de noventa, entraram no país 137.261 pessoas de nacionalidade estrangeira (56,23%) e 107 261 (43,77%) nascidas

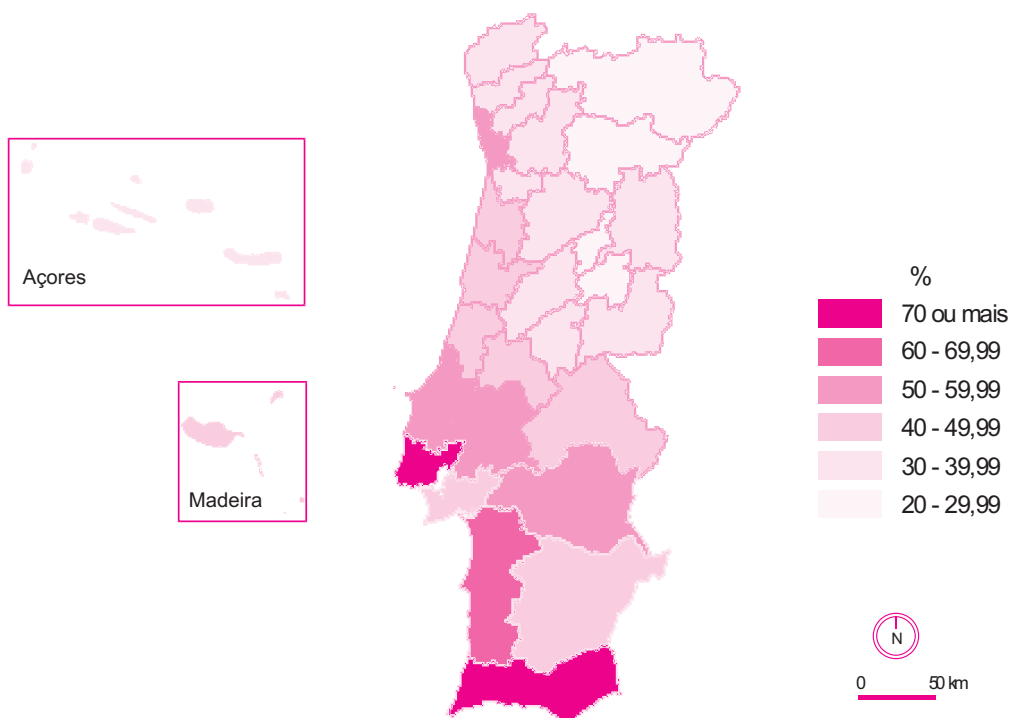
em Portugal. A nível regional, há, porém, diferenças significativas no peso de cada um desses dois grupos de imigrantes. Verificou-se que em vinte e uma das trinta regiões portuguesas, mais de metade dos imigrantes provenientes do estrangeiro eram naturais de Portugal, ou seja, eram emigrantes regressados (figura 2). Essas regiões, com excepção da Madeira, dos Açores e do Baixo Alentejo, localizam-se no Norte e Centro de Portugal, principalmente no interior onde em algumas, a proporção de imigrantes naturais de Portugal chegou a ultrapassar os dois terços. Era o caso do Douro, de Alto Trás-os-Montes, do Minho-Lima, da Serra da Estrela, Cova da Beira, de Dão-Lafões, da Beira Interior Norte e Beira Interior Sul (quadro 2).

FIGURA 2

Imigrantes provenientes do estrangeiro após 31.12.1995 (NUTS III)



NATURAIS DO ESTRANGEIRO



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001. Resultados Definitivos (Quadros 6.13 e 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

Quando se analisaram apenas os fluxos de entrada após 1999, nessas regiões a participação de emigrantes regressados no total dos imigrantes provenientes do estrangeiro estagnou ou diminuiu em relação à imigração total ocorrida após 1995.

Nas regiões do Sul, os imigrantes naturais do estrangeiro predominaram no total da população entrada no país após 1995, ou seja, na Grande Lisboa, no Algarve, na Península de Setúbal, no Alentejo Litoral, na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central. Ao Norte, destacou-se apenas o Grande Porto e no Centro, o Oeste. Todavia apenas no Algarve era importante a presença de imigrantes provenientes do estrangeiro no total dos imigrantes (ver quadro 2).

Quanto à imigração após 1999, nota-se que, na grande maioria, das regiões portuguesas a participação de

imigrantes de nacionalidade estrangeira aumentou, principalmente nas regiões do Sul, destacando-se o Alto Alentejo, Alentejo Central e Lezíria do Tejo.

4.3 IMIGRANTES PROVENIENTES DO ESTRANGEIRO POR PAÍSES DE NATURALIDADE

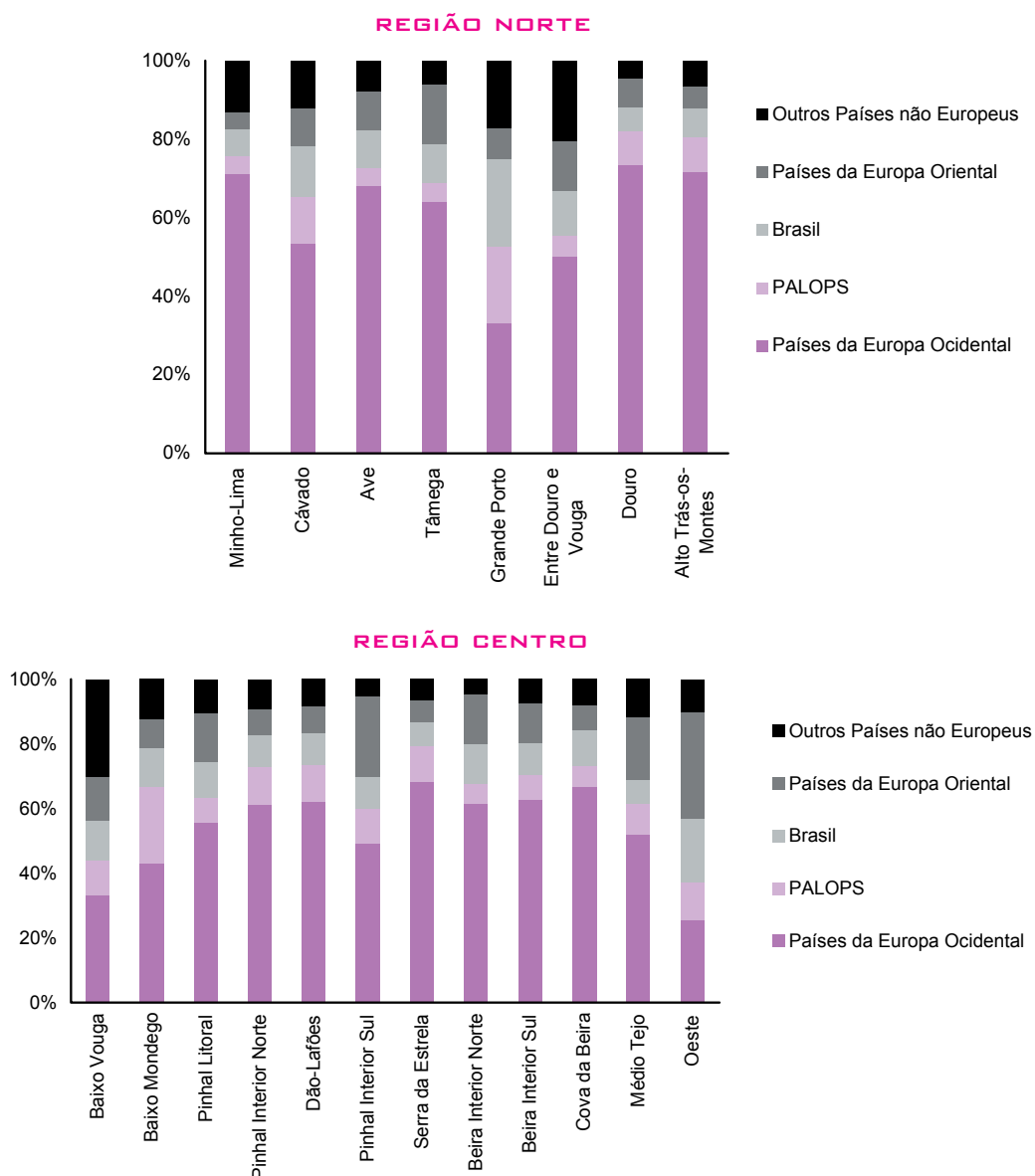
Em todo o território português, dois grupos de naturais do estrangeiro – dos PALOPs (29,62%) e da Europa Ocidental (28,67%) - perfaziam mais de metade do total dos imigrantes de nacionalidade estrangeira entrados no país após 1995. De entre estes últimos predominavam os naturais dos países de emigração tradicional portuguesa – França (46,14%), Suíça (13,53%) e Alemanha (11,83%). Eram, também, importantes os nascidos na Espanha (9,44%), e no Reino Unido (7,8%).

Quando se consideraram apenas os naturais do estrangeiro imigrados após 1999, verificou-se que havia uma distribuição equilibrada entre os imigrantes nascidos nos PALOPs (23,58%), no Brasil (23,30%),³³ nos países da Europa Ocidental (22,55%) e da Europa de Leste (21,94%). Os imigrantes naturais de outros países não europeus representavam apenas 8,63% das entradas.

A nível regional, há diferenças marcantes quanto à importância dos quatro principais grupos de imigrantes (quadro 3).³⁴ No Norte e Centro, nos fluxos imigratórios provenientes do estrangeiro após 1995, os nascidos em países da Europa Ocidental eram os mais numerosos sendo que em quase todas as regiões do interior chegaram a representar mais de 60% dos fluxos. Eram as mesmas regiões

FIGURA 3

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1995)



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

³³ Não se deve esquecer que alguns desses dois grupos de imigrantes podem ser cônjuges e/ou descendentes de emigrantes portugueses, por ser mais facilitada a esses dois grupos de imigrantes a aquisição da nacionalidade portuguesa.

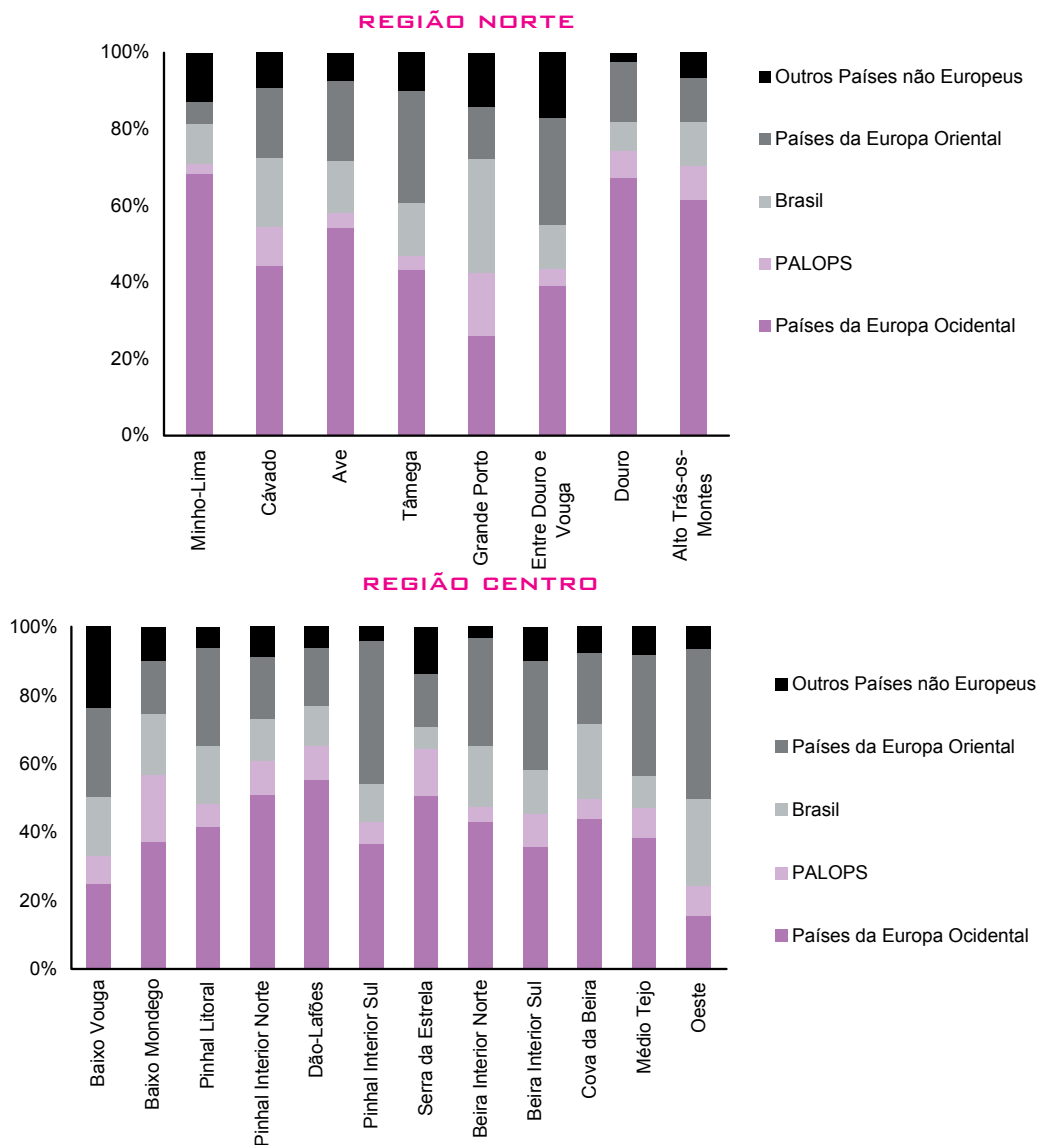
³⁴ O quadro-síntese 3 contendo dados sobre os imigrantes por países de naturalidade encontra-se, no final do texto, em anexo.

que apresentavam as maiores percentagens de emigrantes regressados. Tudo leva a crer que eram descendentes e/ou cônjuges de emigrantes, com a nacionalidade portuguesa. De facto, nas regiões do Norte e Centro, salvo no Grande Porto e Oeste, há uma forte correlação positiva entre a percentagem de emigrantes regressados e a percentagem de imigrantes naturais da Europa Ocidental (figura 3).³⁵ No Grande Porto estes, apesar de serem os mais numerosos, representavam um terço dos imigrantes, enquanto que no Oeste a presença de naturais da Europa de Leste era a mais marcante.

Levando em consideração apenas a imigração após 1999, o grupo de nascidos na Europa Ocidental continuou a ser o mais numeroso em quase todas as regiões do Norte e Centro, embora a sua participação tenha diminuído consideravelmente. Por outro lado, os nascidos no Brasil e na Europa de Leste intensificaram significativamente a sua presença, principalmente este último grupo. Nas regiões do Baixo Vouga e Pinhal Interior Sul passaram mesmo a ser o grupo mais importante e no Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga ocupavam

FIGURA 4

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1999)



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

³⁵ Coeficiente de Pearson: 0,78 a 0,05 de nível de significância.

o segundo lugar (figura 4). Exceção é o Grande Porto onde os naturais do Brasil formavam o grupo mais numeroso. No Oeste, os imigrantes naturais do Leste aumentaram ainda mais a sua frequência e os nascidos no Brasil atingiram o segundo lugar.

As regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal diferenciaram-se do resto do país por terem sido as únicas regiões onde predominavam os naturais dos PALOPS nos fluxos de entrada de população após 1995. É de assinalar que os naturais do Brasil

apareciam em segundo lugar assumindo uma maior importância na Península de Setúbal do que na Grande Lisboa (figura 5).

Na imigração após 1999, continuaram a predominar os imigrantes dos PALOPS, seguidos de perto pelos brasileiros cuja participação aumentou significativamente sendo, também, o caso dos naturais dos países da Europa de Leste, cuja percentagem no total dos imigrantes, no entanto, continuou a ser pequena, tanto na Grande Lisboa como na Península de Setúbal (figura 6).

FIGURA 5

Imigrantes por países de nacionalidade (relativamente a 31.12.1995)

REGIÃO LISBOA

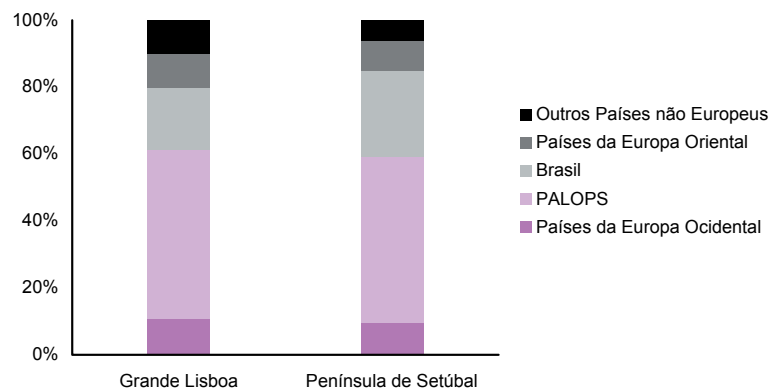
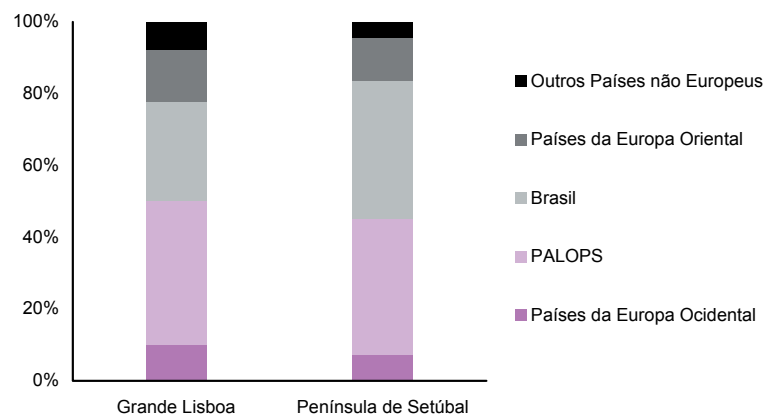


FIGURA 6

Imigrantes por países de nacionalidade (relativamente a 31.12.1999)

REGIÃO LISBOA



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

No Alentejo, nas regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo Central predominavam os europeus de Leste, enquanto que nas restantes regiões os nascidos na Europa Ocidental eram os mais numerosos (figura 7). O que distingue este último grupo de imigrantes residentes no Alentejo, no entanto, é o facto de não terem nascido apenas nos países de emigração tradicional de Portugal, mas, também, na Espanha (12,37%), no Reino Unido (6,43%) e na Holanda (5,8%).

Quando a análise se restringiu ao período após 1999, observou-se que na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central os imigrantes da Europa de Leste eram mais de metade enquanto que no Alentejo Litoral passaram a ter um ligeiro predomínio sobre os nascidos na Europa Ocidental (figura 8). Apenas no Baixo e Alto Alentejo este último grupo de imigrantes continuou a ser o mais numeroso.

FIGURA 7

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1995)

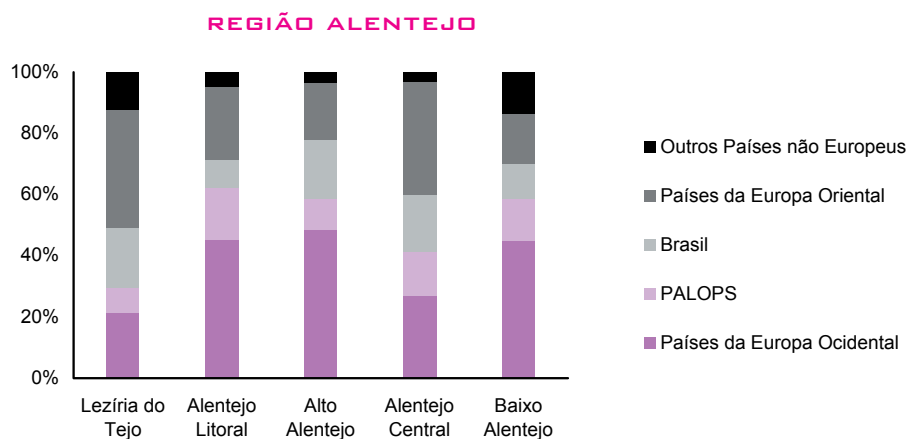
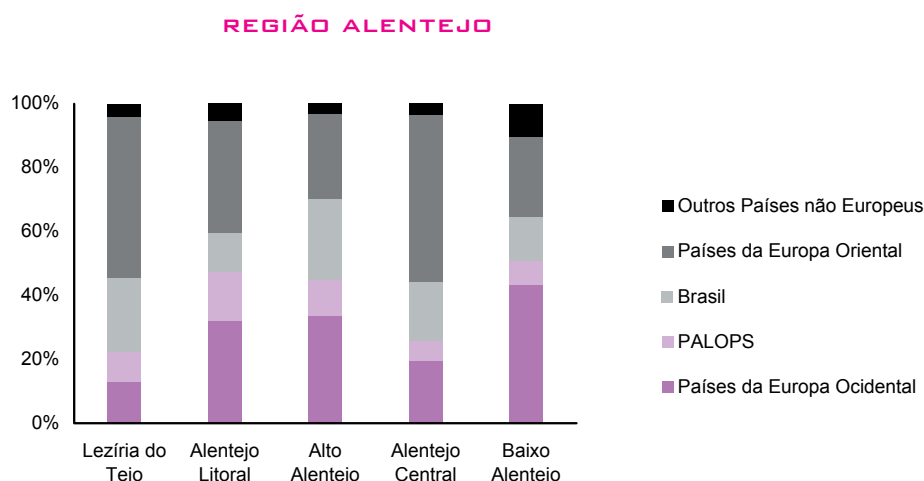


FIGURA 8

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1999)



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

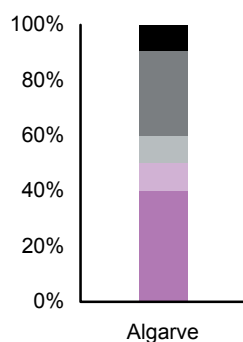
Nos fluxos imigratórios após 1995, o Algarve tinha a particularidade de ter os naturais da Europa Ocidental como o grupo mais numeroso, destacando-se no entanto, como principal país de naturalidade o Reino Unido (31% desse grupo) que não é um país de emigração tradicional portuguesa, seguido da Alemanha (24,5%) e França (15,5%). Os nascidos na Europa de Leste vinham logo a seguir em segundo lugar entre os grupos de imigrantes naturais do estrangeiro (figura 9).

Na imigração após 1999, inverteu-se a situação: os europeus de Leste passaram a ser os mais numerosos, seguidos dos naturais da Europa Ocidental sendo que entre eles continuavam a predominar os nascidos no Reino Unido (31,02%) e na Alemanha (24,59%) (figura 9).

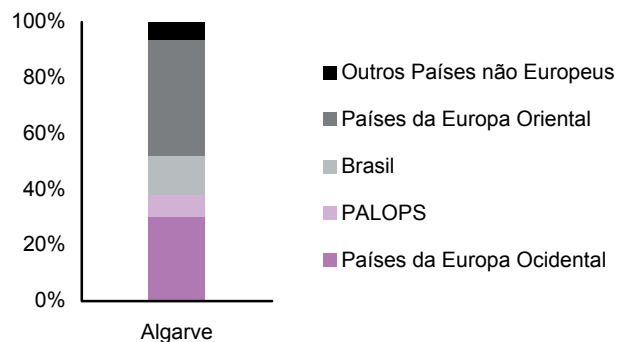
FIGURA 9

Imigrantes por países de naturalidade. Região do Algarve

RELATIVAMENTE A 31.12.1995



RELATIVAMENTE A 31.12.1999



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores onde prevaleciam os emigrantes regressados, tinham a particularidade de apresentar naturais de outros países não europeus como os mais numerosos, prevalecendo entre eles os nascidos na Venezuela (mais de dois terços), no caso da Madeira e os nascidos nos Estados Unidos e Canadá (mais de três quartos), no caso dos Açores (figura 10). Recorde-se que estes são países de acolhimento de emigração tradicional portuguesa.

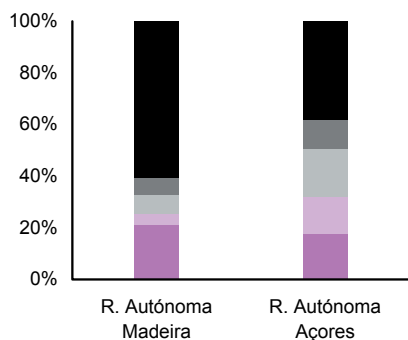
Quando se analisaram apenas os fluxos imigratórios posteriores a 1999, constatou-se que em ambas as regiões diminuiu a participação desse grupo em favor dos naturais do Brasil e do Leste europeu (figura 10).



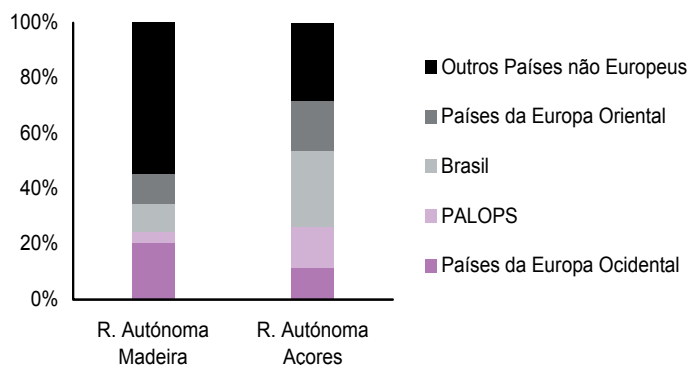
FIGURA 10

Imigrantes por países de naturalidade. Regiões Autónomas da Madeira e Açores

RELATIVAMENTE A 31.12.1995



RELATIVAMENTE A 31.12.1999



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

É importante destacar que, em todo o território nacional e em suas regiões, de entre os naturais da Europa de Leste e do Brasil que imigraram para Portugal após 1995, mais de três quartos do primeiro grupo e mais de dois quartos do segundo grupo, entraram no país durante o ano de 2000 ou nos primeiros meses de 2001, antes do Recenseamento de 12 de Março (quadro 3).

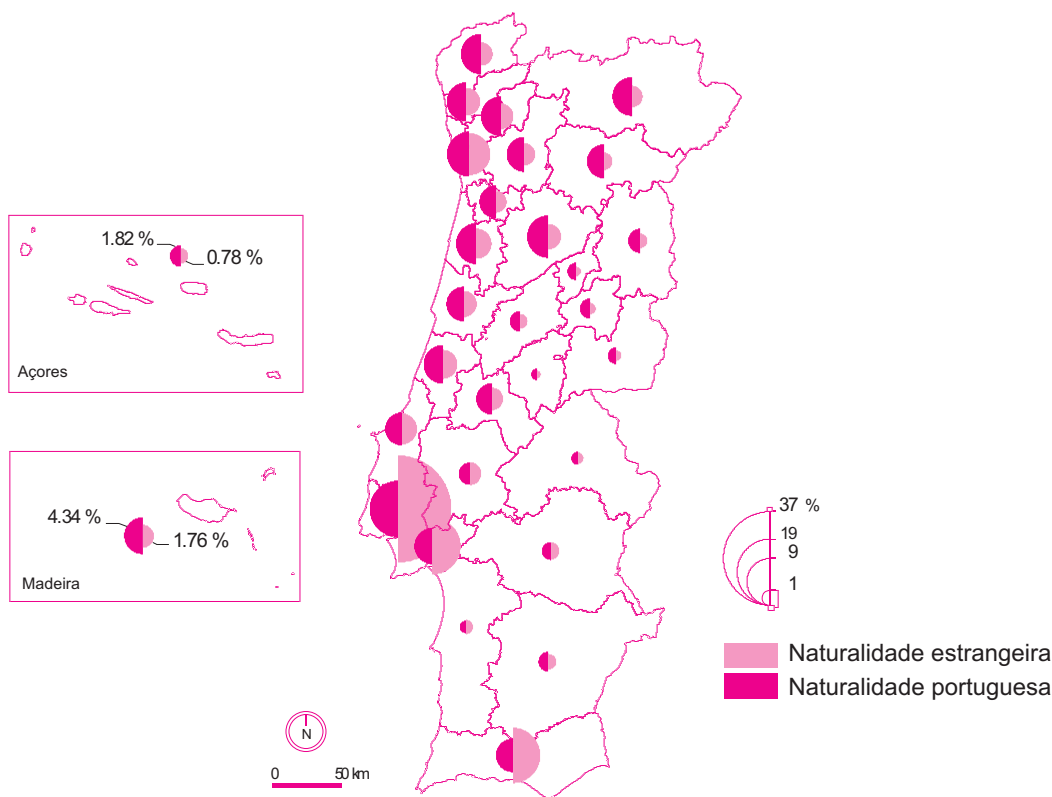
4.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS IMIGRANTES SEGUNDO A NATURALIDADE

Em 2001, os emigrantes regressados, que entraram no país após 1995 estavam consideravelmente dispersos pelo Centro e Norte, onde se localizavam quase três quartos deles. Por outro lado, os imigrantes naturais do estrangeiro concentravam-se na Região de Lisboa e no Algarve onde residia mais de metade (figura 11).



FIGURA 11

Distribuição espacial de imigrantes provenientes do estrangeiro após
31.12.1995, segundo a naturalidade (NUTS III)



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

A distribuição espacial de alguns grupos desses imigrantes diferia sensivelmente da distribuição da população total de naturalidade estrangeira. Assim, no Norte e no Centro situava-se mais de metade dos imigrantes nascidos na Europa Ocidental (figura 12). Este padrão espacial coincidia bastante com a distribuição dos emigrantes regressados. Por sua vez, os naturais dos PALOPs estavam fortemente concentrados na Região de Lisboa, especialmente na Grande Lisboa (63,27%). Os naturais do Brasil residiam, também maioritariamente na Região de Lisboa, apesar de não deixar de ser importante o facto de que cerca de um quarto deles estava a viver

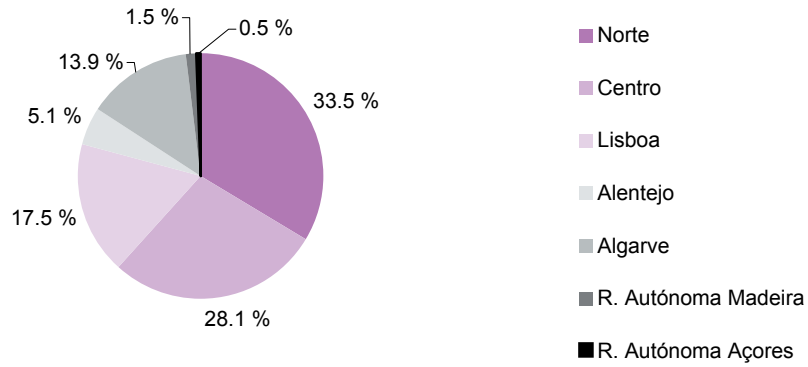
no Norte e Centro, principalmente no Grande Porto (7,89%) e Oeste (3,82%). Quanto aos imigrantes nascidos na Europa de Leste, estavam mais dispersos: apesar de mais de um terço residir na Região de Lisboa, os outros dois terços repartiam-se pelas regiões do Algarve, Centro (principalmente no Oeste: 7,52%), Norte (principalmente no Grande Porto: 3,20%) e Alentejo (principalmente na Lezíria do Tejo – 4,78% e Alentejo Central – 2,57%). Por fim, um terço dos naturais de outros países não europeus vive na Região de Lisboa, um quinto no Centro e um décimo na Madeira.



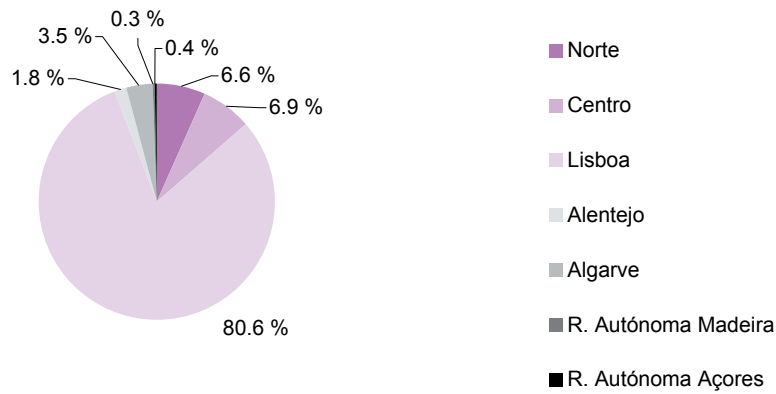
FIGURA 12

Distribuição regional de imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31/12/1995)

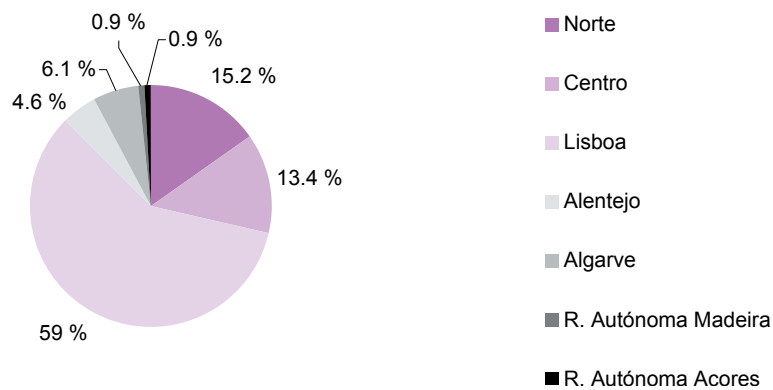
PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL



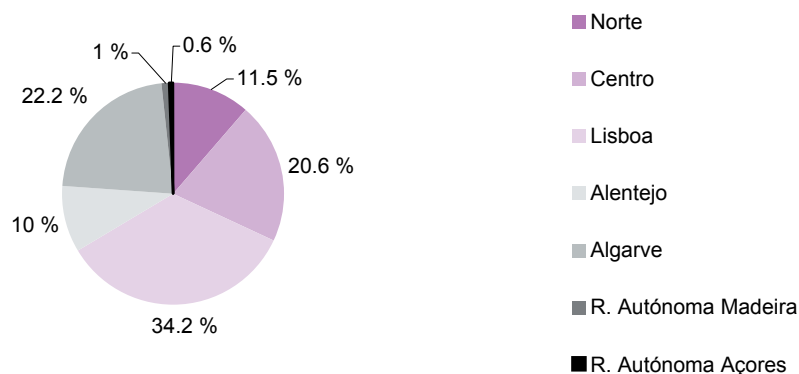
PALOPs



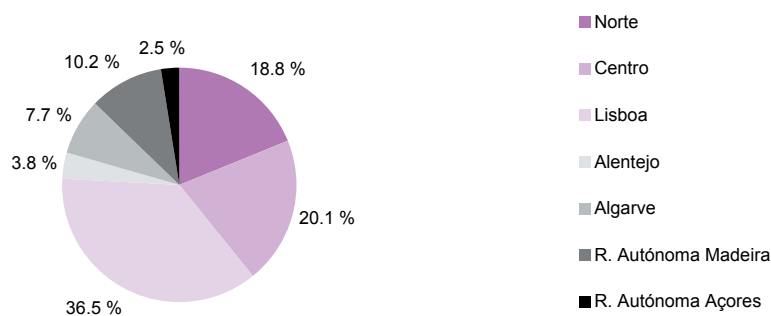
BRASIL



PAÍSES DA EUROPA ORIENTAL



OUTROS PAÍSES NÃO EUROPEUS



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

4.5 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS IMIGRANTES PROVENIENTES DO ESTRANGEIRO

4.5.1 COMPOSIÇÃO POR SEXO

Em Portugal, os homens predominavam ligeiramente (53,65%) nos fluxos imigratórios após 1995. Contudo, a situação inverte-se quando se trata da composição por sexo dos imigrantes naturais da Europa Ocidental (48,15%) e dos PALOPs (49,28%). Por outro lado,

havia um ligeiro predomínio dos homens entre os emigrantes regressados (52,94%)³⁶ e naturais do Brasil (54,78%). Os imigrantes dos países da Europa Oriental destacavam-se pela elevada percentagem (77,67%) de homens.

Os homens prevaleciam entre os imigrantes em todas as regiões, salientando-se quase todas as regiões do Alentejo e do Algarve com maiores percentagens (quadro 2). Havia, contudo, algumas diferenças a assinalar entre os diversos grupos de imigrantes. Os homens constituíam um pouco mais da metade

³⁶ Esta predominância pode dever-se à importância, nesse grupo, dos emigrantes temporários regressados, de modo geral, homens jovens ou jovens adultos.

dos emigrantes regressados enquanto que havia um maior equilíbrio entre sexos dos imigrantes naturais da Europa Ocidental em todas as regiões (quadro 4). No Alentejo e na Madeira, os imigrantes do sexo masculino deste grupo excediam ligeiramente aqueles do sexo feminino ao passo que nas restantes regiões ocorria o oposto. No grupo dos naturais dos PALOPs, as mulheres suplantavam numericamente os homens nas regiões do Norte, Centro e Lisboa ao passo que nas restantes regiões predominavam os homens, com destaque para o Alentejo e Açores. Os naturais do Brasil apresentavam uma composição

4.5.2 EMPREGO

A figura 13 deixa transparecer a dicotomia entre Norte/Centro e Sul quanto à importância dos empregados no total dos imigrantes provenientes do estrangeiro após 1999. Nas regiões em que a maior parte da população era constituída de emigrantes regressados, ou seja, nas regiões do Norte e Centro (com excepção do Oeste) e Ilhas, os empregados não atingiram 50% do total dos fluxos de entrada. Destacavam-se, com as menores percentagens, as regiões de Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Cova

QUADRO 4

Imigrantes por países de naturalidade. Percentagens de imigrantes do sexo masculino

NUTS II	Total	Portugal	Europa Ocidental	PALOP's	Brasil	Europa Oriental
Portugal	53,65	52,94	48,15	49,28	54,78	77,67
Norte	52,43	53,79	46,79	47,21	45,03	79,38
Centro	53,37	52,77	47,79	49,89	53,09	80,55
Lisboa	52,88	50,99	48,81	48,31	56,57	73,19
Alentejo	59,13	52,2	52,4	70,87	62,9	82,69
Algarve	58,79	53,16	49,57	57,88	57,86	78,64
Madeira	52,83	52,81	52,92	65,49	55,72	76,79
Açores	57,83	56,53	49,73	79,6	63,78	78,45

Fonte: (Adaptação da Autora) Quadro 6.14. População residente, segundo os países de proveniência (relativamente a 95/12/31), por países de naturalidade e sexo. (Cálculos da autora).

por sexo bastante diversa por regiões. Assim, no Norte, as mulheres eram um pouco mais da metade ao passo que no Centro, Lisboa, Algarve e Madeira havia o predomínio dos homens, não atingindo, no entanto, 60%. No Alentejo e Açores, os imigrantes do sexo masculino perfaziam quase dois terços, do total de naturais do Brasil. Por fim, em quase todas as regiões, os imigrantes do sexo masculino rondavam ou mesmo ultrapassavam largamente os três quartos dos naturais da Europa de Leste (quadro 4).

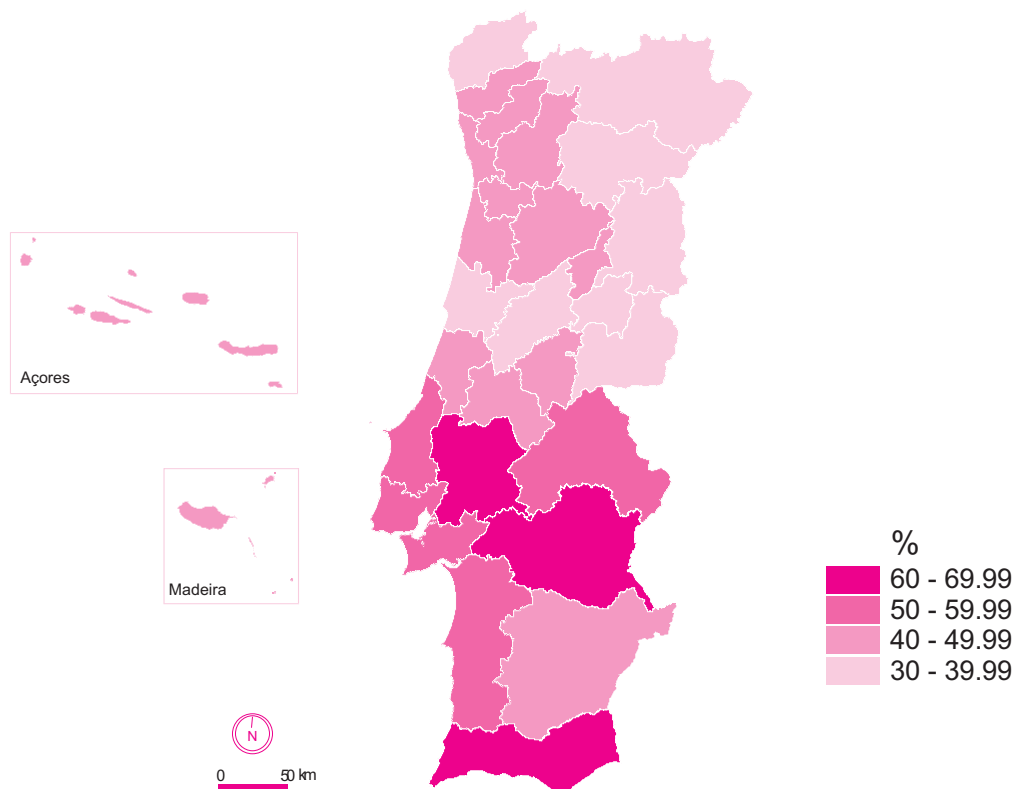
da Beira, Douro, Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Baixo Mondego e Beira Interior Sul (quadro 2). Assim, a maioria dos imigrantes eram inactivos, provavelmente naturais de Portugal e reformados(as) ou domésticos(as).³⁷

Por outro lado, nas regiões de predomínio de imigrantes naturais do estrangeiro, ou seja, na Área Metropolitana de Lisboa, no Algarve e no Alentejo (com excepção do Baixo Alentejo), mais de metade da população que entrou no país nesse período estava empregada em Portugal quando foi recenseada.

³⁷ Para os imigrantes provenientes do estrangeiro após 1995 não há dados disponíveis sobre o principal meio de vida, nem estão discriminadas diversas categorias de inactivos, como são os(as) domésticos(as).

FIGURA 13

Empregados no total de imigrantes provenientes do estrangeiro após 31.12.1999 (NUTS III)



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

4.5.3 IDADE DOS EMPREGADOS

A população empregada proveniente do estrangeiro após 1999 era mais jovem do que o total da população empregada em Portugal. Porém, em geral, os imigrantes empregados nas regiões de maior predominância de imigrantes de nacionalidade portuguesa, ou seja, no Norte e Centro e Ilhas, eram mais idosos do que os imigrantes empregados nas regiões de predominância de imigrantes de nacionalidade estrangeira, ou seja, na Área Metropolitana de Lisboa e no Sul, com exceção do Alto e Baixo Alentejo (quadro 2). A relativa juventude dos empregados provenientes do estrangeiro, mesmo nas regiões tradicionais de emigração e

regresso, pode explicar-se, como já foi mencionado, pela importância, cada vez maior, da emigração de carácter temporário, que implica necessariamente regresso ao país mas, também, pelo peso que tinham os imigrantes naturais desses mesmos países. Esses dois grupos devem ser constituídos por jovens ou jovens adultos que se puderam inserir com menor dificuldade no mercado de trabalho, numa altura em que era alta a procura de mão-de-obra e baixa a taxa de desemprego.

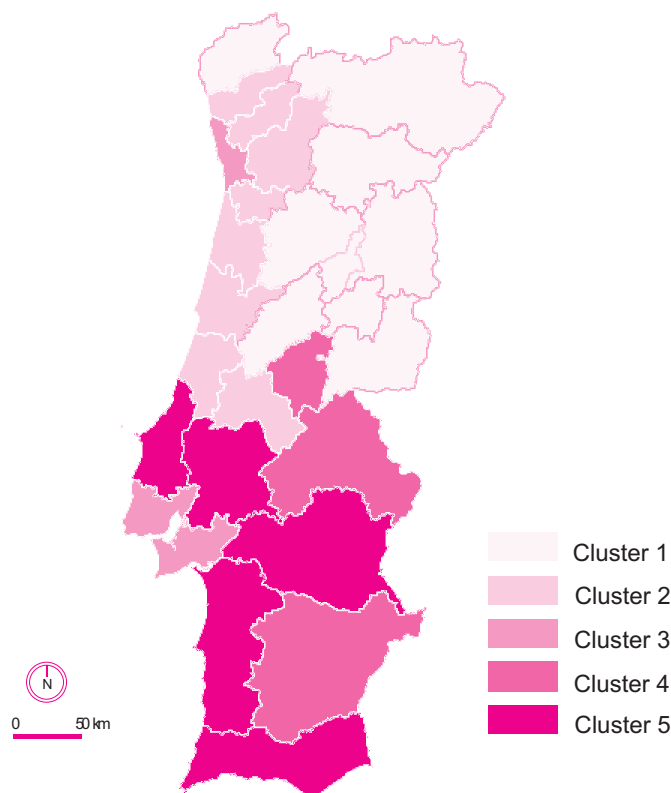
4.6 REGIÕES PORTUGUESAS SEGUNDO A IMIGRAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

A análise dos resultados acima mencionados serviu para escolher alguns indicadores que foram utilizados numa análise de clusters visando agrupar as regiões de Portugal Continental segundo a imigração e a dinâmica demográfica.³⁸ Foram eles: percentagem de emigrantes regressados no total de imigrantes; percentagem de naturais da Europa Ocidental no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de naturais dos PALOPs no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de naturais do Brasil no total de imigrantes naturais do estrangeiro;

percentagem de naturais da Europa de Leste no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de homens no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de empregados no total de imigrantes provenientes do estrangeiro após 1999; percentagem de empregados com menos de 40 anos no total de imigrantes empregados provenientes do estrangeiro após 1999; saldo migratório geral; índice de dependência dos idosos da população residente; densidade populacional. Obtiveram-se cinco grupos de regiões (figura 14 e quadro 5).

FIGURA 14

Clusters de regiões segunda a imigração e dinâmica demográfica



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

³⁸ As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores não foram incluídas por não haver, como já foi referido, dados sobre o saldo migratório geral para o último período intercensitário.

O *cluster* 1, que agrupa as regiões do interior Norte e Centro, com exceção do Pinhal Interior Sul, apresenta os maiores valores médios dos seguintes indicadores em relação aos outros clusters: emigrantes regressados e imigrantes naturais da Europa Ocidental e os segundos maiores valores do índice de dependência dos idosos.³⁹ Por outro lado, regista os valores mais baixos dos restantes grupos de imigrantes, de imigrantes do sexo masculino, de empregados e de empregados jovens e os segundos valores mais baixos do saldo migratório geral e da densidade populacional.

O *cluster* 2 que congrega as regiões do litoral Norte e Centro, excepto o Grande Porto e o Oeste, caracteriza-se pelos segundos valores mais elevados dos seguintes indicadores: emigrantes regressados, imigrantes naturais da Europa Ocidental e saldo migratório geral. Por outro lado, apresenta a segunda mais baixa percentagem de imigrantes do sexo masculino e o segundo mais baixo índice de dependência dos idosos.

O *cluster* 3 corresponde às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Destaca-se dos outros pelos valores mais elevados de imigrantes naturais dos PALOPs e do Brasil e da densidade populacional bem como pelas segundas maiores percentagens de imigrantes empregados e de empregados jovens. Por outro lado, regista as percentagens mais baixas de emigrantes regressados, de naturais da Europa Ocidental e Oriental, bem como o menor índice de dependência dos idosos.

O *cluster* 4, onde estão agrupadas duas das regiões do Alentejo (Alto e Baixo Alentejo) e uma região do interior Centro (Pinhal Interior Sul), é marcado pelo mais elevado índice de dependência dos idosos e, ao mesmo tempo, pelos segundos valores mais

altos de imigrantes do sexo masculino e naturais da Europa de Leste. Por outro lado, apresenta o valor mais baixo do saldo migratório geral e da densidade populacional.

Por fim, o *cluster* 5 junta o Algarve, o Oeste e as restantes regiões do Alentejo (Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Litoral). Diferencia-se dos outros clusters por registar, por um lado, as percentagens médias mais elevadas de imigrantes da Europa de Leste, do sexo masculino e de empregados, bem como o maior saldo migratório geral e a segunda maior percentagem de empregados jovens e, por outro, apresenta os segundos valores mais baixos de densidade populacional.

4.6.1 A IMIGRAÇÃO NA DINÂMICA POPULACIONAL

Como havia sido referido antes, a finalidade deste artigo é determinar a importância que os imigrantes provenientes do estrangeiro após 1995 teriam tido na dinâmica da população na década passada e, também, identificar grupos de regiões de acordo com essas características visando contribuir para o estudo da sustentabilidade demográfica do desenvolvimento regional. Nesse contexto, em seguida é apresentada a interpretação dos principais resultados da análise bivariada e multivariada dos indicadores utilizados.

As regiões do Norte e Centro,⁴⁰ espaços de emigração tradicional, tanto temporária como permanente para países da Europa Ocidental, eram, nos anos noventa, áreas de residência de emigrantes permanentes regressados, em idade de reforma e pré-reforma e de seus cônjuges e descendentes (provavelmente de nacionalidade portuguesa). É possível que o regresso de emigrantes temporários tenha sido, também, importante.⁴¹ Há, porém, uma

³⁹ Os valores médios de todas as variáveis para cada cluster estão contidos no quadro 5, no anexo.

⁴⁰ Excepto o Grande Porto e o Oeste.

⁴¹ Como já foi mencionado, não há dados sobre o regresso de emigrantes temporários.

dicotomia pronunciada entre o litoral e interior. O interior (*cluster 1*) caracterizou-se pelo decréscimo populacional cujo ritmo diminuiu em relação aos anos oitenta (quadro 1).⁴² Esta tendência favorável deu-se graças à atenuação do saldo migratório geral negativo ou mesmo à sua passagem para positivo mas que foi devida principalmente à contribuição da imigração, visto que o saldo das migrações internas⁴³ foi negativo ou em volta do zero⁴⁴ enquanto que numas regiões o saldo natural negativo chegou mesmo a aumentar e, em outras, passou de positivo para negativo. Por outro lado, o envelhecimento da população agravou-se bem como a relação entre população em idade pós-activa e activa (quadro 1). Ficou, ainda, demonstrado haver correlação positiva média da percentagem dos emigrantes regressados na população residente com (i) o índice de envelhecimento,⁴⁵ (ii) o índice de dependência dos idosos,⁴⁶ bem como correlação negativa média com o saldo natural.⁴⁷ Estas correlações não foram mais fortes, provavelmente por estarem sob a influência de variáveis intervenientes como, por exemplo, a presença relativamente importante de imigrantes naturais dos países europeus de emigração tradicional portuguesa, maioritariamente descendentes desses emigrantes, bem como de emigrantes temporários regressados e, por conseguinte, mais jovens do que a população residente. Assim, assume-se que o papel positivo da imigração no crescimento populacional foi ofuscado pelo seu efeito negativo no envelhecimento da população.

O litoral (*cluster 2*) era um espaço maioritariamente de urbanização difusa com taxas relativamente elevadas de crescimento populacional, destacando-

se o vigor demográfico de concelhos como Braga (16,1%), Guimarães (10,4%), Santa Maria da Feira (14,6%) no Norte e Aveiro (10,1%) e Leiria (16,1%) no Centro. Esse crescimento não foi somente devido aos saldos migratórios gerais positivos, incluindo o migratório interno mas, também, aos saldos naturais positivos, que foram registados em quase todas as regiões⁴⁸ (quadro 1). Consequentemente, o litoral apresentou excedentes de jovens em relação aos idosos e uma população em idade activa ainda pouco sobrecarregada com a população em idade pós-activa.⁴⁹ Logo, a imigração, principalmente de emigrantes regressados e seus cônjuges e descendentes, não foi o único factor que influenciou positivamente a dinâmica demográfica uma vez que foi acompanhada do crescimento natural e da entrada de população de outras regiões do país. Há, porém que diferenciar as regiões do litoral Norte das do Centro. Na primeiras, o crescimento natural foi o factor mais importante enquanto que nas regiões do litoral Centro foi a imigração que assumiu esse papel na dinâmica demográfica.

A Grande Lisboa e a Península de Setúbal e, em menor medida, o Grande Porto (*cluster 3*) são áreas preferidas para residência de imigrantes do estrangeiro, principalmente os naturais dos PALOPs e, em menor medida, do Brasil. A sua localização nessas regiões está em boa parte relacionada com a existência de redes sociais de apoio que caracterizam esses dois grupos de imigrantes, principalmente os primeiros. Por outro lado, a concentração de actividades económicas e da função habitacional, associada a altas densidades populacionais,

⁴² Nas regiões de Dão-Lafões e Cova da Beira chegou a haver um ligeiro crescimento demográfico.

⁴³ As considerações sobre a importância das migrações internas podem ser apenas pressupostos visto que, como já foi mencionado antes, só há dados sobre esses fluxos após 1995 e não para toda a década de noventa.

⁴⁴ Com excepção do Pinhal Interior Norte cujo saldo foi ligeiramente positivo.

⁴⁵ Coeficiente de Pearson = 0,50 (nível de significância 0,05).

⁴⁶ Coeficiente de Pearson = 0,53 (nível de significância 0,05).

⁴⁷ Coeficiente de Pearson = -0,57 (nível de significância 0,05).

⁴⁸ Salvo o Baixo Mondego e Médio Tejo.

⁴⁹ Excepto no Baixo Mondego e Médio Tejo.

condiciona o mercado de oferta e procura de mão-de-obra imigrante. Isso também explica a predominância de empregados, principalmente de jovens entre os imigrantes. Porém, nota-se que há uma proporção considerável de inactivos e um relativo equilíbrio entre sexos dos imigrantes, o que pode estar relacionado a uma mais intensa imigração de membros da família dos imigrantes dos PALOPs e do Brasil⁵⁰ devido a ser-lhes mais facilitada a legalização e aquisição de nacionalidade. Nessas regiões, foram registados índices de envelhecimento e de dependência dos idosos bastantes baixos (quadro 1). Logo, considera-se que esses grupos de imigrantes cujos fluxos se intensificaram a partir de 1975⁵¹ podem ter contribuído de forma positiva para a dinâmica populacional, directamente influenciando a relação entre a população em idade não activa e activa e, indirectamente, através da manutenção das taxas de natalidade acima das de mortalidade,⁵² atenuando o processo de envelhecimento. Estas constatações, no entanto, têm mais validade para a Grande Lisboa, onde a entrada de imigrantes do estrangeiro, juntamente com um saldo natural positivo fraco, compensou o saldo negativo das migrações internas, fazendo o crescimento efectivo passar de negativo para positivo. Por sua vez, o crescimento natural no Grande Porto e as migrações internas na Península de Setúbal partilharam com a imigração a influência positiva exercida na dinâmica populacional.

As regiões do Sul e duas do Centro, nomeadamente o Oeste e Pinhal Interior Sul, onde estão cada vez mais presentes os imigrantes naturais da Europa de Leste, têm em comum serem espaços de clara predominância de imigrantes do sexo masculino e

de empregados jovens. Deve-se destacar o Pinhal Interior Sul por ser o único a registar uma elevada percentagem de emigrantes regressados. Essas regiões apresentam, porém, diferenças bastante marcantes entre si quanto à dinâmica demográfica.

O Baixo e Alto Alentejo bem com o Pinhal Interior Sul (*cluster 4*) são espaços de acentuado decréscimo demográfico com as mais baixas densidades populacionais do país, resultado de elevados saldos naturais negativos, de índices de envelhecimento muito altos e de êxodo de população para outras regiões do país (quadro 1). Assim, o papel da imigração na dinâmica populacional não foi suficientemente forte para contrabalançar os efeitos negativos da actuação daqueles factores. Isto pode ser explicado, em parte, pelo pouco peso que os imigrantes ainda tinham na população residente.

As restantes regiões do Alentejo - Lezíria do Tejo, do Alentejo Litoral e Alentejo Central – Oeste e Algarve (*cluster 5*) têm em comum o facto de serem espaços de expansão demográfica, para o qual contribuiu apenas o saldo migratório geral uma vez que o crescimento natural foi negativo (quadro 1). No Oeste e Lezíria do Tejo, o papel positivo da imigração e das migrações internas na dinâmica populacional foi bastante semelhante. Por outro lado, a imigração destacou-se claramente no Alentejo Central, Alentejo Litoral e no Algarve. Nestas duas últimas regiões, além dos imigrantes de Leste, era, também, forte a presença de naturais da Europa Ocidental, predominando os nascidos em países que não eram os principais destinos da emigração tradicional portuguesa. Acrescente-se que nas

⁵⁰ No caso do Brasil, não se deve esquecer a importância que as mulheres sempre tiveram nas migrações, sendo uma particularidade não só desse país como de outros países da América Latina.

⁵¹ No caso dos naturais do Brasil, a imigração intensificou-se a partir dos anos oitenta, abrandou na primeira e voltou a acelerar na segunda metade da década de noventa.

⁵² Grande Porto: 11,4‰ (natalidade) e 8,5‰ (mortalidade); Grande Lisboa: 11,9‰ (natalidade) e 9,8‰ (mortalidade); Península de Setúbal: 11,9‰ (natalidade) e 10,9‰ (mortalidade).

regiões alentejanas desse grupo, à semelhança do cluster anterior, os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos elevados podem dever-se, em parte, à presença ainda fraca dos imigrantes na população residente, o que faz com que a sua influência na dinâmica demográfica não tenha sido considerável como no Oeste e, principalmente no Algarve, o qual registou a maior percentagem de imigrantes do estrangeiro na população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo demonstraram que a imigração desempenhou um papel importante na dinâmica demográfica da maior parte do território português. Ficou também assente que o papel dos principais grupos de imigrantes é bastante diverso entre as regiões.

Em regiões já em risco ou em processo de despovoamento, quase todas regiões do interior, a continuação da imigração de população portuguesa ou estrangeira inactiva, maioritariamente reformada, pode ter dois efeitos opostos: por um lado, poderá contribuir para a manutenção do saldo migratório positivo a curto e médio prazo e, por outro poderá agravar o índice de envelhecimento e dependência dos idosos. Pode, também, aumentar os custos sociais com a população idosa, principalmente nos cuidados de saúde. Deve-se assim tentar que esses custos sejam compensados pelos ganhos demográficos e socio-económicos dessa imigração.

Não se deve esquecer que muitos desses imigrantes têm hábitos de consumo urbano e, portanto, podem alargar o leque de serviços, principalmente aqueles ligados à terceira idade, o que poderia aumentar as oportunidades de emprego das populações locais, principalmente as mulheres e mesmo atrair outros imigrantes.

No entanto, para que a imigração tenha um papel destacado na sustentabilidade demográfica desses territórios seria essencial atrair e fixar imigrantes em idade activa, maioritariamente de grupos etários mais jovens e que, ficou também evidente, pertencem a dois grupos de imigrantes: os nascidos na Europa de Leste e na Europa Ocidental (descendentes maioritariamente de emigrantes portugueses). No caso destes últimos, é preocupante o facto de que em 2001 em Portugal, comparando com 1991, o número de nacionais naturais do estrangeiro chegou a diminuir ligeiramente,⁵³ o que leva a concluir que um número considerável deles pode ter emigrado. Por outro lado, os imigrantes do Leste europeu, actualmente o grupo mais numeroso de imigrantes estrangeiros, é constituído maioritariamente por adultos jovens casados cuja estadia parece ser de carácter temporário devido a razões familiares.⁵⁴ É de crer, portanto que, se for facilitada a reunificação familiar, esta imigração pode assumir um carácter mais permanente. Assim, a influência da imigração seria mais forte, conduzindo a um maior equilíbrio entre os grupos etários funcionais uma vez que aumentaria primeiro a população em idade activa e, mais tarde, a população mais jovem através do aumento da

⁵³ Em 1991, os nacionais nascidos no estrangeiro eram 347.795 e, em 2001, eram 347.636. Fonte: http://ine.pt/prodserv/censos/index_censos.htm.

⁵⁴ De acordo com dados de uma investigação sobre os imigrantes da Europa de Leste, a cargo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, divulgados no jornal Público, a 15 de Outubro de 2003, a idade média dos 735 entrevistados era de 37 anos, sendo que a maioria eram homens (71%) casados (75%) que declararam desejar regressar ao país de origem por terem lá deixado o cônjuge e/ou os filhos.

natalidade o que atenuaria o envelhecimento. Os efeitos dos fluxos imigratórios no rejuvenescimento da população são mais questionáveis visto que:

- primeiro, seria pouco provável o aumento assinalável da fecundidade já que os países de naturalidade desses imigrantes há muito estão na etapa da pós-transição demográfica, registando índices sintéticos de fecundidade muito abaixo de 2,1;⁵⁵
- segundo, seria necessário um volume de imigração muitas vezes maior (“Rosa, Seabra e Santos, 2003”), o que poderia ser do ponto de vista político bastante problemático;⁵⁶
- terceiro, o alargamento do território da UE até às fronteiras dos países principais de naturalidade dos imigrantes de Leste (i) pode incentivar ainda mais a emigração para os países fronteiriços da UE que desfrutarão dos fundos estruturais o que pressupõe o aumento dos investimentos públicos e privados e/ou (ii) pode trazer benefícios económicos com a deslocação de investimentos dos novos países membros para os países de origem dos emigrantes, aproveitando a mão de obra mais barata e qualificada e assim, contribuindo para a diminuição da pressão emigratória.⁵⁷

É quase que supérfluo afirmar que a fixação desses grupos de imigrantes e o seu conseqüente contributo para a sustentabilidade demográfica das regiões interiores só será possível concretizar-se com a aplicação de medidas que visem a

verdadeira integração dos imigrantes no tecido social e económico. No entanto, essa integração fica dependente da continuação e intensificação de políticas sociais e investimentos públicos e empresariais. Não se deve esquecer que, em fins dos anos noventa e no início do século XXI, a procura de mão-de-obra imigrante em algumas regiões do interior esteve ligada a um período de crescimento económico que se reflectiu em empreendimentos privados e, principalmente, em obras públicas, financiados em grande parte pelos fundos estruturais da UE,⁵⁸ bem como a alguns sectores económicos com carência sazonal de trabalhadores, como é o caso da hotelaria, restauração e agricultura comercial. Essa necessidade de mão-de-obra imigrante pode ser explicada, em parte, pelos baixos salários praticados nesses sectores em Portugal e que fizeram com que a mão-de-obra nacional continuasse a emigrar devido às oportunidades de auferir maiores rendimentos no estrangeiro, principalmente nos países da UE. Não se deve deixar de mencionar, também, que o volume e aplicação de investimentos privados e, principalmente, públicos estarão no futuro condicionados pelo nível do financiamento advindo dos fundos europeus do próximo Quadro Comunitário de Apoio que começará a vigor em 2007, numa UE alargada a 25 membros.

⁵⁵ Ucrânia: 1,1; Roménia: 1,3; Rússia: 1,3; Moldávia: 1,4. Fonte: Rosa, Seabra, Santos (2003).

⁵⁶ No Inquérito Social Europeu que abrangeu 22 países e 30 mil entrevistados, realizado em Portugal por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais, 56,1% de inquiridos responderam “deve deixar vir poucas” ou “não deve deixar vir ninguém” à pergunta: “Em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas da mesma raça ou grupo étnico do que a maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?” Quando foi colocada pergunta com o mesmo conteúdo mas sobre pessoas de raça ou grupo étnico diferente, a percentagem aumentou para 61,5%. (Fonte: Edição do Jornal Público de 7 de Dezembro de 2003. Site do Inquérito: www.europasocialsurvey.org).

⁵⁷ The Economist no número de 23 de Outubro de 2003, publica uma reportagem intitulada “Behind the Cristal Curtain” onde são apresentados exemplos já existentes de deslocação de empresas, por exemplo, da Alemanha e República Checa para a parte ocidental da Ucrânia e Bielorrússia.

⁵⁸ Num estudo recente, Chorincas (2003:83), combina a dinâmica populacional, do Ensino Superior e de investimentos empresariais (tendo por base a dinâmica demográfica dos anos 90 e os fundos dos QCA II e III) num indicador sintético de dinâmica regional e identifica sistemas e pólos territoriais de “dinâmica alta” no interior de Portugal que devem ter atraído a mão de obra imigrante.

Ainda há muito para se conhecer sobre a imigração para Portugal na viragem do milénio. Para colmatar essa lacuna, seria necessário obter dados sobre variáveis demográficas (por exemplo, idade) e socioeconómicas (por exemplos, nível de instrução) combinadas com as variáveis “naturalidade” e “nacionalidade” dos imigrantes, os quais não estão disponíveis nos Quadros dos Resultados Definitivos do Censo da População de 2001, na página do INE na Internet e no CD-ROM dos Censos 2001. O tratamento e análise desses dados permitiria a caracterização mais detalhada dos dois grupos principais da população proveniente do estrangeiro – os nacionais e os não nacionais. Estes procedimentos e a realização de investigação de campo em regiões do interior, os quais distinguiriam a imigração para as áreas urbanas e peri-urbanas da imigração para as áreas rurais⁵⁹ dariam maior profundidade e fiabilidade a estudos prospectivos sobre a importância da imigração na dinâmica demográfica e, conseqüentemente na sustentabilidade do desenvolvimento das regiões do interior de Portugal.

⁵⁹ Uma análise do crescimento efectivo das regiões do interior entre 1991-2001, apontou para, por um lado o crescimento de concelhos onde se localizam cidades médias e de seus concelhos limítrofes e, por outro, o declínio demográfico acentuado da maior parte dos concelhos, predominantemente rurais do interior (Roca e Pimentel, 2004 : 6).

BIBLIOGRAFIA

- Cepeda, F. J. (1991), *Emigrantes Regressados e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança.
- Comissão Europeia (1995), *Europa 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.
- Chorincas, J. (2003), *Dinâmicas Regionais em Portugal: Demografia e Investimentos*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Finanças.
- Gaag et al (2001), *Regional and International Migration and Foreign Population within the EU: a Feasibility Study*. (Eurostat Working Papers 3/2001/E/nº5)
- King, R. et al (1998), "International Retirement Migration in Europe" in *International Journal of Population Geography*, vol. 4, nº 2, pp. 91-112.
- Lemos, J. C.; Maia, C. (1995), *Atlas Demográfico do Continente*, Lisboa: Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico da DGOTDU, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, MEPAT.
- Lutz, H.; Scherbov, S. (2002), "Can Immigration Compensate for Europe's Low Fertility? Laxemburg, IIASA. (Interim Report IR-02-052)
- Nobre, S. (1993), *Emigration, Retour et Agriculture dans un Village de Trás-os-Montes (Portugal)*, Montpellier, Institut Agrónomique Méditerranéen.
- Orzechowska, E. (2001), Replacement Migration as Policy Response to Ageing and Declining Populations of the European Union, in *European Association for Population Studies Conference*, 7-9 June, Helsinki. (www.vaestoliitto.fi/toimintayksikot/vaestontutkimuslaitos/eapskonferenssi/Papers)
- Portela, J.; Nobre, S. (2002), "Entre Pinela e Paris: Emigração e Regressos" in *Análise Social*, vol. XXXVI, N.º 161.
- Rato, H. (2001), "O Retorno dos Emigrantes" in *Janus 2001: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL.
- Rees, P.; Kupiszewski, M. (2001), "Internal Migration and Population Change in Europe: Evidence on Urban Concentration /Deconcentration from Eighteen Countries", in *European Association for Population Studies Conference*, 7-9 June, Helsinki. (www.vaestoliitto.fi/toimintayksikot/vaestontutkimuslaitos/eapskonferenssi/Papers)
- Roca, M. N. O. (2000): "Migração de Regresso e Desenvolvimento Rural Sustentável: um Estudo de Caso no Alto Minho" in *Geolnova*, Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Regional, N.º 1, pp. 33-50.
- Roca, M. N. O.; Pimentel, D. (2004): "Dinâmicas Populacionais e Desenvolvimento do Território nos Anos Noventa" in *Actas do IV Congresso da Geografia Portuguesa* (http://e-geo.fcsh.unl.pt/pt/00332_comunicacoes.html)
- Rosa, M.J.V.; Seabra, H.; Santos, T. (2004), *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa: o Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisboa, Observatório da Imigração (<http://www.oi.acime.gov.pt/>)
- Rodriguez, V. et al (1998), "European Retirees on the Costa del Sol: A Cross-National Comparison" in *International Journal of Population Geography*, vol. 4, nº 2, pp. 183-200. (Special Issue)
- Population Division (2000), *Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Ageing Populations?*, New York, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.
- VVAA (2003), *The Spatial Effects of Demographic Trends in Migration*, ESPON, European Spatial Planning Observation Network. (Second Interim Report) (http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75.html)
- Wanner, P. (2000), "Le Poids Démographique de l'Immigration avec l'Étranger" in *Forum Suisse pour l'Étude des Migrations*.
- Williams, A. M.; Patterson, G. (1998), «An Empire Lost but a Province Gained: a Cohort Analysis of British International Retirement in Algarve» in *International Journal of Population Geography*, vol. 4, nº 2, pp. 135-156.

QUADRO 1

Alguns indicadores da dinâmica populacional das regiões portuguesas

NUTS III	Crescimento efectivo		Saldo natural		Saldo migratório geral		Saldo das migrações internas	Índice de envelhecimento		Índice de dependência dos idosos		Densidade populacional
	%											
	1981-1991	1991-2001	1981-1991	1991-2001	1981-1991	1991-2001	1996-2001	1991	2001	1991	2001	2001
NORTE												
Minho-Lima	-2,6	-0,1	2,7	-2,2	-5,3	2,1	-0,03	80,72	132,39	26,70	30,73	111,3
Cávado	7,4	11,2	9,3	6,6	-1,9	4,6	0,58	39,45	60,74	15,03	17,10	313,9
Ave	6,5	9,1	9,3	6,3	-2,9	2,8	0,12	37,94	60,32	13,60	16,35	406,6
Grande Porto	4,5	7,6	4,4	3,5	0,0	4,1	1,85	52,84	80,47	15,92	18,62	1 537,7
Tâmega	2,4	8,3	10,3	7,1	-7,9	1,1	-0,57	39,46	56,69	21,37	17,42	208,8
Entre Douro e Vouga	6,5	9,6	7,5	4,9	-1,0	4,7	0,72	46,66	70,86	15,26	18,09	319,2
Douro	-8,7	-7,2	-12,3	-1,7	3,6	-5,5	-1,95	73,06	128,04	24,75	30,98	53,1
Alto Trás-os-Montes	-13,7	-5,2	2,8	-4,2	-16,5	-1,0	-1,02	86,73	165,37	27,61	35,82	26,9
CENTRO												
Baixo Vouga	4,0	10,0	3,6	1,2	0,4	8,8	0,92	62,66	84,25	19,46	22,89	216,1
Baixo Mondego	-0,3	3,3	0,5	-1,2	-0,8	4,5	-1,56	84,65	135,63	22,67	27,65	165,8
Pinhal Litoral	3,3	11,6	4,1	2,0	-0,8	9,7	1,10	63,39	97,14	19,10	23,40	144,5
Pinhal Interior Norte	-8,3	-0,5	-2,3	-6,3	-6,0	5,7	1,62	121,84	163,04	35,32	38,11	53,1
Dão-Lafões	-4,3	1,1	3,1	-1,6	-7,4	2,7	0,44	78,99	125,13	26,78	30,44	82,4
Pinhal Interior Sul	-16,1	-11,7	-4,2	-8,5	-11,9	-3,2	-1,00	164,52	257,10	43,42	54,56	23,4
Serra da Estrela	-5,2	-7,7	0,2	-5,4	-5,4	-2,2	-1,11	104,52	175,42	32,28	38,26	57,3
Beira Interior Norte	-8,9	-3,1	-1,3	-6,8	-7,6	3,3	0,04	123,41	188,65	35,72	41,50	28,4
Beira Interior Sul	-6,0	-3,4	-4,4	-6,8	-1,6	3,3	-0,99	160,06	228,99	39,44	45,39	20,8
Cova da Beira	-6,7	0,4	-0,2	-2,9	-6,5	3,3	0,54	99,70	153,39	28,17	32,99	68,2
Médio Tejo	-3,0	2,1	0,0	-3,0	-3,0	5,1	-0,64	96,94	142,75	26,92	32,38	97,9
Oeste	1,4	9,3	0,6	-1,2	0,8	10,5	2,70	79,00	115,02	22,64	26,84	157,6
LISBOA												
Grande Lisboa	-1,1	2,3	1,2	1,3	-2,3	1,0	-1,50	72,48	107,34	18,32	22,73	1 740,3
Península de Setúbal	9,5	10,8	3,2	1,9	6,3	9,0	2,10	56,47	93,42	15,11	20,38	454,7
ALENTEJO												
Lezíria do Tejo	-0,5	3,2	-0,8	-3,2	0,3	6,3	1,50	94,75	165,02	25,34	29,93	56,4
Alentejo Litoral	-4,5	1,1	-0,9	-4,7	-3,6	5,7	-0,40	91,46	195,79	25,87	33,13	18,6
Alto Alentejo	-5,3	-6,0	-2,7	-6,5	-2,6	0,4	-0,70	132,44	160,54	35,47	42,75	20,0
Alentejo Central	-4,0	0,1	-1,1	-3,5	-2,9	3,6	0,30	105,29	175,92	28,72	35,17	23,7
Baixo Alentejo	-10,0	-5,7	-1,8	-6,7	-8,2	1,1	-1,10	115,64	127,51	32,70	38,39	15,5
ALGARVE												
	5,4	14,8	-1,7	-1,8	7,3	16,6	1,70	96,94	115,02	26,70	27,90	79,9

Fonte: (Adaptação da Autora) Censo1 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques); Quadro 1.02, Quadro 6.10, Censos 2001 (<http://www.ine.pt/censos2001>); Retratos territoriais (http://www.ine.pt/prod_serv/retrato/retrato.asp). Índice de envelhecimento, Índice de dependências dos idosos: cálculos da autora.

QUADRO 2

Naturalidade dos imigrantes provenientes do estrangeiro, imigrantes do sexo masculino, imigrantes empregados e idade dos imigrantes empregados. Imigração após 1995 e após 1999 (%)

NUTS III	Imigração do estrangeiro/ total imigração		Imigração naturais de Portugal/imigração prov. estrangeiro		Imigração naturais do estrangeiro/imigração prov. estrangeiro		Imigrantes provenientes do estrangeiro/ população residente	Imigrantes do sexo masculino	Imigrantes empregados/ Imigrantes provenientes do estrangeiros	Imigrantes empregados com menos de 40 anos/total imigrantes empregados
	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001				
NORTE										
Minho-Lima	51,77	48,77	69,89	70,46	30,11	29,54	3,24	52,30	32,06	64,53
Cávado	36,44	38,67	60,22	57,13	39,78	42,87	2,22	53,11	42,81	70,48
Ave	31,43	31,95	64,39	61,35	35,61	38,65	1,65	52,77	42,90	71,00
Grande Porto	12,21	15,68	47,51	47,22	52,49	52,78	1,18	54,72	48,05	70,05
Tâmega	24,82	26,79	65,51	61,44	34,49	38,56	1,18	51,74	43,57	70,45
Entre Douro e Vouga	29,33	28,89	63,47	58,44	36,53	41,56	2,13	53,45	46,49	67,00
Douro	40,85	39,12	74,81	72,44	25,19	27,56	2,41	51,56	36,69	64,38
Alto Trás-os-Montes	48,3	44,39	71,12	69,57	28,88	30,43	3,28	50,54	33,63	66,98
CENTRO										
Baixo Vouga	31,33	31,23	58,97	56,58	41,03	43,42	2,57	52,77	46,55	66,28
Baixo Mondego	31,32	31,33	57,54	52,88	42,46	47,12	2,12	52,08	39,46	67,56
Pinhal Litoral	22,05	22,35	61,25	56,5	42,02	49,84	3,58	53,63	47,01	68,86
Pinhal Interior Norte	44,52	44,68	57,98	50,16	38,75	43,5	1,77	52,31	37,38	64,65
Dão-Lafões	43,77	44,32	68,49	65,38	31,51	34,62	3,21	52,11	40,34	67,50
Pinhal Interior Sul	29,96	31,5	64,36	54,05	35,64	45,95	1,65	57,45	49,84	74,03
Serra da Estrela	45,01	40,64	73,07	72,92	26,93	27,08	2,94	51,74	42,17	62,84
Beira Interior Norte	36,92	35,26	69,13	62,57	30,87	37,43	2,62	53,08	37,25	65,54
Beira Interior Sul	27,69	27,12	67,47	66,8	32,53	33,2	1,9	53,80	39,65	55,66
Cova da Beira	37,8	37,02	70,67	70,11	29,33	29,89	2,17	50,88	35,42	65,62
Médio Tejo	30,93	31,54	59,74	53,13	40,26	46,87	2,52	53,90	45,81	64,08
Oeste	25,49	30,9	46,37	33,91	53,63	66,09	2,38	56,92	59,43	74,71
LISBOA										
Grande Lisboa	24,19	30,47	17,77	16,71	82,23	83,29	3,19	52,61	59,02	77,86
Península de Setúbal	20,41	25,73	24,01	22,73	75,99	77,27	2,64	53,76	54,92	77,73
ALENTEJO										
Lezíria do Tejo	21,1	26,58	42,38	30,45	57,62	69,55	1,69	59,61	64,08	72,92
Alentejo Litoral	20,76	25,12	36,48	30,65	63,52	69,35	1,45	57,59	57,36	74,60
Alto Alentejo	17,19	20,79	50,8	40,31	49,2	69,69	0,93	52,66	54,15	69,00
Alentejo Central	21,13	22,63	45,06	30,78	54,94	69,22	1,41	61,76	69,03	68,05
Baixo Alentejo	28,28	26,93	56,67	30,65	43,23	69,35	1,85	59,73	49,05	65,22
ALGARVE										
	37,05	43,53	22,05	16,16	77,95	83,84	4,45	58,79	61,08	73,09
MADEIRA										
	38,3	38,03	59,29	60,76	40,71	39,24	2,74	52,83	45,25	70,67
AÇORES										
	20,49	20,46	61,38	59,52	38,62	40,48	1,12	57,83	44,82	70,61

Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001 (<http://www.ine.pt/censos2001>) (Cálculos da autora)

QUADRO 3

Imigração por países de naturalidade após 1995 e após 1999 (%)

NUTS III	TOTAL		Naturais da Europa Ocidental		Naturais dos PALOPs		Naturais do Brasil		Naturais da Europa Oriental		Naturais de outros países não europeus	
	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001
NORTE												
Minho-Lima	100,00	100,00	71,25	68,22	4,42	2,88	6,95	10,31	4,38	5,87	13,00	12,71
Cávado	100,00	100,00	53,32	44,38	12,08	10,19	12,80	18,10	9,84	18,03	11,96	9,29
Ave	100,00	100,00	68,25	54,33	4,34	3,93	9,79	13,56	9,96	20,95	7,65	7,22
Grande Porto	100,00	100,00	33,25	26,09	19,40	16,43	22,48	29,86	7,84	13,58	17,03	14,04
Tâmega	100,00	100,00	64,12	43,31	4,74	3,73	9,80	13,67	15,30	29,34	6,04	9,94
Entre Douro e Vouga	100,00	100,00	33,25	39,04	5,39	4,47	11,30	11,63	12,79	27,74	20,46	17,11
Douro	100,00	100,00	50,05	67,26	8,61	7,16	6,31	7,51	7,34	15,74	4,38	2,33
Alto Trás-os-Montes	100,00	100,00	73,35	61,55	8,84	9,05	7,57	11,29	5,39	11,55	6,57	6,56
CENTRO												
Baixo Vouga	100,00	100,00	33,35	25,05	10,67	8,33	12,41	17,42	13,39	25,81	30,18	23,81
Baixo Mondego	100,00	100,00	42,96	37,23	23,84	19,58	12,05	17,72	8,66	15,48	12,48	9,98
Pinhal Litoral	100,00	100,00	55,63	41,61	7,59	6,67	10,90	16,83	15,35	28,79	10,42	6,09
Pinhal Interior Norte	100,00	100,00	55,63	41,61	7,69	6,67	10,90	16,83	15,35	28,79	10,42	6,09
Dão-Lafões	100,00	100,00	61,12	50,86	11,91	9,88	9,59	12,35	8,22	18,02	9,16	8,89
Pinhal Interior Sul	100,00	100,00	62,14	55,46	11,38	9,61	10,07	11,89	8,28	16,77	8,38	6,27
Serra da Estrela	100,00	100,00	68,95	36,62	11,15	6,34	7,46	11,27	6,87	41,55	6,57	4,22
Beira Interior Norte	100,00	100,00	61,65	42,93	5,91	4,56	12,46	17,75	15,25	31,41	4,73	3,35
Beira Interior Sul	100,00	100,00	62,94	35,88	7,45	9,41	9,94	12,94	12,21	31,76	7,45	10,00
Cova da Beira	100,00	100,00	66,78	35,14	6,71	4,53	10,74	17,69	7,55	16,46	8,22	6,17
Médio Tejo	100,00	100,00	52,01	38,13	9,61	8,80	7,20	9,55	19,30	35,19	11,88	8,32
Oeste	100,00	100,00	25,57	15,68	11,69	8,55	19,54	25,64	33,09	43,53	10,11	6,60
LISBOA												
Grande Lisboa	100,00	100,00	10,78	10,06	50,53	40,14	18,39	27,47	10,27	14,55	10,02	7,77
Península de Setúbal	100,00	100,00	9,72	7,15	49,43	38,02	25,72	38,34	8,89	12,07	6,23	4,42
ALENTEJO												
Lezíria do Tejo	100,00	100,00	21,53	12,98	7,97	9,41	19,53	23,27	38,85	50,30	12,11	4,03
Alentejo Litoral	100,00	100,00	44,73	32,45	16,50	15,23	9,03	12,58	23,67	35,10	4,63	5,47
Alto Alentejo	100,00	100,00	45,97	33,62	9,43	11,30	18,35	25,51	17,67	26,38	3,19	3,19
Alentejo Central	100,00	100,00	26,24	19,67	14,35	6,09	18,22	18,42	36,36	52,35	2,92	3,46
Baixo Alentejo	100,00	100,00	44,72	43,44	13,98	7,47	11,48	13,80	16,11	25,11	13,70	10,18
ALGARVE												
	100,00	100,00	39,96	30,28	10,26	7,99	9,83	14,05	30,82	41,23	9,13	6,44
MADEIRA												
	100,00	100,00	21,32	20,51	4,14	3,94	7,36	10,34	6,63	10,60	60,55	54,60
AÇORES												
	100,00	100,00	17,51	11,51	14,54	14,88	18,75	27,58	11,10	17,86	38,09	28,17

Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001 (<http://www.ine.pt/censos2001>). (Cálculos da autora).

QUADRO 5Valores médios dos indicadores em cada *cluster*

Variáveis	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
Emigrantes regressados (%)	67,96	60,04	29,76	57,31	41,14
Imigrantes naturais da Europa Ocidental	66,84	52,46	17,92	46,58	31,61
Imigrantes naturais dos PALOPs	8,49	9,80	39,79	11,48	12,15
Imigrantes naturais do Brasil	9,01	10,78	22,20	13,24	15,23
Imigrantes naturais da Europa Oriental	8,39	13,07	9,00	19,50	32,56
Imigrantes do sexo masculino	52,04	53,30	52,79	56,61	58,93
Imigrantes empregados	39,52	44,32	53,99	47,85	62,19
Imigrantes empregados com menos de 40 anos	64,19	68,16	75,35	69,42	72,67
Saldo migratório geral	1,30	5,54	3,70	-0,57	8,54
Índice de dependência dos idosos	36,02	21,91	20,58	45,23	30,59
Densidade populacional	55,72	234,10	1244,23	19,63	67,24

Fonte: (Adaptação da Autora) Análise de clusters, método de Ward